

SESSÕES DO PLENÁRIO

118ª Sessão da Ordinária Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 25 de novembro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, V, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(54)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Luciano Simões Filho comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 16 e 17/11/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há um Requerimento sobre a Mesa: (Lê)
“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser

iniciada dois minutos após o encerramento desta, com objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 21.532/2015, Projeto de Lei nº 21.474/2015, Requerimento de Urgência nº 8.586/2015, para o Projeto de Lei nº 21.620/2015 e o Requerimento de Urgência nº 8.587/2015, para o Projeto de Lei nº 21.621/2015.

Sala das Sessões, 25/11/15.”

Defiro o requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.(**Oradores inscritos**)

Com a palavra o deputado Alex da Piatã por 5 minutos.

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores desta Casa e todos que nos assistem, quero nesta tarde agradecer ao pessoal da imprensa pelo dia de ontem, por nos escolher, a gente agradece às pessoas que votaram conosco, agradeço a todos que acompanham a nossa vida parlamentar nesta Casa. Quero parabenizar também os colegas deputados, não só o nosso presidente Marcelo Nilo, mas também os deputados Luciano, Ribeiro, Hildécio Meireles e Pablo Barrozo, todos estão de parabéns. Tenho certeza de que nós não teríamos nenhuma atuação aqui se não fosse a colaboração de todos os deputados. Acho que essa parceria tem uma importância maior, pois eu tenho a certeza de que esta Casa vai buscar cada dia mais honrar com os votos que cada um teve para aqui representar o povo da Bahia.

Eu quero aproveitar a oportunidade de o presidente da Assembleia, Marcelo Nilo, estar aqui para dizer que tivemos, Sr. Presidente, numa quarta-feira, há algumas semanas, a votação de projetos de deputados. Percebi por parte de V. Exa naquele dia a dificuldade que se tem de colocar projetos de deputados para votar, mas tenho a certeza da importância que isso tem, pois é o nosso papel básico aqui, que é legislar. Espero de V. Exa que continuemos imprimindo esse ritmo para que possamos todas as semanas votar projetos de autoria dos deputados, porque sei que há na Casa projetos importantes que podem modificar bastante a vida das pessoas.

Quero também nesta oportunidade reforçar o discurso do deputado Adolfo Menezes, que esteve aqui na última segunda-feira e relatou aqui a situação de Pindobaçu, especialmente da Serra da Carnaíba, onde milhares de pessoas têm passado fome. Falei com o deputado há pouco que recebi hoje várias ligações de lideranças importantes, pessoas que estão extremamente preocupadas, deputado Adolfo, porque a situação deixou de ser somente uma questão legal de o garimpo funcionar ou não, mas passou a ser uma questão de calamidade social. Há pessoas lá realmente passando fome e um risco enorme de haver um caos e as pessoas começarem a saquear tudo naquela localidade.

Conversamos ontem com o governador Rui Costa e eu coloquei a situação para ele, que ficou muito preocupado e queremos aqui o apoio de todos os deputados para que a gente possa reforçar e o Estado vá o mais rápido possível socorrer aquela população, que vive na expectativa de os garimpos serem reabertos, mas depende exclusivamente de o Exército voltar para fazer uma outra inspeção. Ela pode demorar alguns dias, e a fome não espera horas, imaginem dias!

Então, quero deixar aqui registrado o meu esforço e o nosso alerta em relação a

tudo isso. Registro também o empenho de todos os nossos colegas parlamentares que igualmente têm se esforçado e tiveram votos lá, como os deputados Roberto Carlos, Pedro Tavares e Adolfo. Sentamos juntos, já conversamos sobre o problema e continuamo-nos empenhando ao máximo. Porém precisamos agora de socorro, principalmente do nosso governo estadual.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus caros funcionários e funcionárias desta Casa, Srs. Telespectadores da *TV Assembleia*, inicialmente quero manifestar a minha gratidão pela escolha como um dos deputados destacados nesta primeira Legislatura. E faço isso com toda a humildade.

Eu creio que esse destaque pertence a todos nós colegas nesta Assembleia, tanto os deputados da Situação quanto da Oposição. Acho que ainda sou um aprendiz e tenho muito que aprender. Essa honraria que nos foi dada só nos enche de responsabilidade para que continuemos cada vez mais comprometidos em contribuir para o desenvolvimento desta nossa Bahia.

Quero manifestar uma gratidão especial à Bancada da Oposição, uma Bancada que tem sido para mim, de fato, uma escola. Nas nossas reuniões temos aprendido muito com todos os colegas, sobretudo aqueles que já vêm de outros mandatos, como os deputados Adolfo Viana, Tom e Sandro Régis, o nosso Líder. Portanto, desejo dividir com toda a nossa Bancada essa honraria da qual fui parte ontem, eleito pelos jornalistas que cobrem esta Casa. Sr. Presidente, na semana passada eu falava do congresso que a Fundação Ulysses Guimarães, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, promoveu em Brasília, do qual fiz parte. Nele o PMDB, numa posição de vanguarda, como aliás tem sido ao longo dos 50 anos de vida do partido, decidiu oferecer ao nosso País uma alternativa para a saída da atual crise econômica, política e social que ele está vivendo. E ofereceu então aquele documento chamado Uma Ponte para o Futuro, montado em três pilares. O primeiro é o retorno a um Orçamento verdadeiro, pois o nosso da União já sai com mais da metade comprometido no pagamento dos juros e da própria dívida pública. Ele fala também numa relação mais real entre a Previdência e a situação demográfica do nosso Brasil. E ainda de uma auditoria nessa dívida pública pela qual a nossa União é responsável.

Sugere o PMDB nesse documento os seguintes itens: construir uma trajetória de equilíbrio fiscal duradouro. Não é possível que o nosso País ocasionalmente tenha de passar por crises, sobretudo crise financeira, sobretudo por instabilidade da nossa moeda. Aliás, o Plano Real certamente foi a solução para o período de maior instabilidade financeira pela qual o Brasil passou nos últimos cinquenta anos. Infelizmente, nos últimos seis nós temos perdido aquela estabilidade da nossa moeda.

Outra sugestão é estabelecer um limite para as despesas de custeio inferior ao crescimento do PIB, alcançar em no máximo três anos a estabilidade da relação Dívida/PIB e uma taxa de inflação no centro da meta, em 4,5%; executar também

uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada por meio de transferências de ativos que se fizerem necessários; realizar inserção plena da economia brasileira no comércio internacional; promover legislação para garantir o melhor nível possível de governança corporativa às empresas estatais e às agências reguladoras; reformar amplamente o processo de elaboração e execução do Orçamento público, tornando os gastos mais transparentes, responsáveis e eficientes, dentre outras sugestões que o nosso partido oferecerá na sua convenção no próximo mês de março.

Entretanto, caro e nobre colega deputado Herzem Gusmão, V.Ex^a que também participou do congresso, naquele documento sentimos falta de algo mais corajoso, como, por exemplo, sugestões para enfrentarmos a crise pela qual passam os nossos municípios no Brasil como um todo, sobretudo no Nordeste e, acentuadamente, na Bahia.

Para concluir, Sr. Presidente, pensamos em propor à Executiva Estadual do PMDB da Bahia que ofereçamos à Fundação Ulysses Guimarães a sugestão de se repactuar, se fazer um novo pacto federativo no Brasil para contemplar melhor os nossos municípios, que ao longo do tempo vêm passando com a cuia na mão, tendo as suas responsabilidades cada vez mais aumentadas, mas as finanças diminuídas.

Portanto, é preciso que também o Congresso Nacional tenha coragem para mudar, de uma vez por todas, esta realidade dos municípios brasileiros.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, colegas da Imprensa, gostaria de registrar - nós que falamos durante esta semana que o nosso escritório do Ibama na cidade de Vitória da Conquista estava marcado para desaparecer - que ontem foi a data determinada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente lá em Brasília, depois de um levantamento feito pela Superintendência do órgão aqui na Bahia, para ele ser desativado.

Algo semelhante aconteceria em Juazeiro, mas o deputado Zó reagiu. Hoje ele me disse que conseguiu estancar essa ação de desativar um escritório do Ibama naquele município, a qual transfeririam para o Estado de Pernambuco, para a cidade de Salgueiro.

Em Vitória da Conquista, segundo funcionários do Ibama, o nosso escritório passaria a ser comandado por Barreiras ou Ilhéus. Mas, em função da resistência dos funcionários, que reagiram e se mobilizaram... Inclusive eu recebi uma carta aberta e fiz uma visita lá em Conquista para que pudéssemos colocar o nosso mandato em defesa da manutenção daquele escritório. Fizemos isso!

Falamos, discursamos nesta tribuna. E nessa terça-feira, na data prevista para desaparecer o escritório do Ibama, eis que o superintendente do Instituto na Bahia foi a Vitória da Conquista, onde visitou o Ministério Público Federal e a Prefeitura, deixando uma dúvida ao informar que a cidade não conseguiu preencher todos os

requisitos técnicos para que aquele escritório fosse mantido naquela cidade. Mas, pelo menos, afastou, por enquanto, a possibilidade de desativação.

Eu fiz, hoje pela manhã, através do rádio, um apelo para que os funcionários do escritório do Ibama, em Vitória da Conquista, para que eles continuem mobilizados, porque na calada da noite o Ibama poderá, numa canetada, desativar aquele escritório.

O deputado Zó reagiu em defesa de Juazeiro, e ontem ele me apresentou uma sugestão e nós encaminhamos já esta sugestão ao deputado Lúcio, a mesma sugestão e a mesma providência que será tomada em Brasília pelo deputado federal, do PCdoB, Daniel Gomes. E nós também acionamos o deputado federal Lúcio Vieira Lima, em Brasília, e os dois não conseguiram falar com a superintendente do Ibama em função do desastre, com aquele tsunami de lama, da barragem lá de Mariana.

Mas, nós estamos vigilantes, estamos trabalhando, e o discurso do superintendente do Ibama é um discurso ruim, ele informando e tentando convencer que Vitória da Conquista não seria prejudicada com a desativação do escritório. Como não seria? Informando que a agenda do Ibama é uma agenda nacional. Conquista é Brasil. Vitória da Conquista, deputado Marcelino Galo, é a terceira maior cidade da Bahia, e o escritório do Ibama de Vitória da Conquista tem o terceiro melhor desempenho do Estado, só perdendo para Salvador e para o de Barreiras.

Portanto, nós entendemos que a cidade merece a manutenção desse escritório, em função da mineração, desmatamento. Vitória da Conquista é um corredor de tráfico, que o Ibama tem impedido, de animais silvestres.

Então, valeu a luta do escritório do Ibama, pelo menos estão protelando esta decisão que seria ontem, e nós esperamos que ela não seja protelada, nós esperamos que o Ibama retire da pauta esta possibilidade de desativação do escritório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Imprensa presente, funcionários, assistentes das Galerias, faço uso da Tribuna para agradecer o reconhecimento obtido, através da Imprensa que cobre esta Casa, da nossa atividade parlamentar, durante o ano de 2015.

A mim, que aqui cheguei oriundo da caatinga, não poderia ter outro sentimento senão aquele que os políticos devem ter a cada final de jornada, o sentimento de que correspondeu às expectativas pelas quais aqui foi conduzido, e com este sentimento é que chegamos ao final de 2015 verdadeiramente felizes e realizados.

Mas, não seria justo de nossa parte não dividir, porque o mérito não é só do nosso mandato, o mérito por esse destaque, o mérito pela nossa atuação parlamentar precisa ser dividido com aqueles que ajudaram a construir esta caminhada. E nesta linha quero dividi-lo com a nossa equipe de trabalho, a nossa assessoria, os nossos amigos que sempre nos apresentaram ideias e pensamentos para enriquecer o nosso mandato. Mas, principalmente, a nossa Bancada de Oposição, através do nosso Líder, Sandro Régis, que com sua Liderança partilhada, a sua Liderança que nos permitiu a

todos os deputados da Oposição sermos protagonistas no processo que é fazer oposição, aqui. Por isso, quero dividir com todos os colegas da Oposição, da nossa união, do nosso pensamento comum e, em especial, do nosso Líder Sandro Régis. Mas, Sr^{as} e Srs. Deputados, hoje iremos apreciar aqui 4 projetos oriundos do Executivo. Na verdade, 2 requerimentos em que se vai votar o regime de urgência e mais 2 projetos que iremos votar, um deles tratando do PPA. Imagino, e pelo que conhecemos no seu conceito, é que o PPA deve ser participativo. Ele deve ser construído através das discussões, através das consultas, tanto à classe política quanto à sociedade organizada.

Eu não tenho visto nesse PPA sua construção, feita através dessa consulta, dessas discussões. Aqui nesta Casa, por exemplo, não chegou a haver esse trâmite e essas discussões tão necessárias, que fortalecem esse planejamento estratégico e que fortaleceriam, com certeza, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que anualmente aprovamos.

Por isso, lamento que estejamos votando aqui hoje sem essa devida condução. Também vai ser votado hoje o aumento das taxas ambientais, e nós estamos a lamentar que a visão desse governo seja no sentido apenas de arrecadar. E, além de aumentar tanto essas taxas, que na sua forma conceitual é a remuneração do serviço prestado pelo Estado na sua atividade para com o cidadão, ela não está inserida, porque não se pode admitir que o Estado esteja apenas cobrando a sua contraprestação pelo que despendeu, em torno de R\$ 50 mil para se expedir uma taxa de licenciamento ambiental.

Discute-se também que o governo traz aqui uma mudança na sua meta fiscal. Ora, o governo tinha um superávit previsto para este ano de R\$ 800 milhões. E agora está baixando sua meta para R\$ 1 bilhão e 200 milhões. Ou seja, há uma diferença de caixa de R\$ 2 bilhões. Quero dizer que, apesar do aumento da arrecadação primária, houve também um aumento da despesa do governo. Ou seja, o governo não está fazendo sua parte, que é a economia devida para cumprir as metas fiscais.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por 5 minutos, o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, nobres deputados nesta Casa, Srs. da Imprensa, servidores, amanhã estaremos realizando, às 14 horas, uma audiência pública para discutirmos o mercado de livros na Bahia, o fortalecimento da cadeia de produção de livros e, também, a participação dos nossos autores baianos no que diz respeito às nossas escolas públicas poderem adotar e poderem ter a possibilidade de comprar, aqui no mercado baiano, produzidos aqui, livros de autores da nossa terra.

Então, essa proposta vem no sentido de complementar uma iniciativa. Sabemos que já existe um decreto do Executivo que institui o Plano Estadual de Livros, mas é necessário que façamos algumas correções e estamos nos propondo a fazer, mediante um projeto de lei no sentido de que possamos fazer essa proposição.

Esse debate deverá ser feito com a participação dos produtores, autores e gráficos da Bahia. Como sabemos, a maioria das nossas gráficas está encontrando dificuldade muito grande de sobrevivência, até porque os livros publicados são produzidos em outros estados, com a justificativa da questão da qualidade dessa produção e outros motivos.

De forma que um Estado tão rico do ponto de vista cultural, tão importante para o processo de civilização deste País não pode ter uma cadeia produtiva do livro tão insignificante e fragilizada. Esse é um assunto que devemos tratar no sentido de que 30% das compras feitas pelo estado sejam destinados à produção local. Aqui são editados, e é muito importante que se diga, e também são produzidos. Isso significa priorizar também o incentivo à leitura, que é primordial e fundamental para que as nossas crianças possam ler autores do nosso Estado. Então aqui temos grandes autores, mas eles não são editados nem publicados na nossa terra. Tem que se recorrer a outros estados para produzir esses livros.

Também é importante que se diga que as escolas particulares também adotam autores locais, não em número suficiente, poderia ser muito mais. Mas é importante considerar a possibilidade de ofertarmos esses livros de autores da nossa produção literária, os livros didáticos e outros para nossos estudantes. Porque é importante para a formação das crianças que elas compreendam também a realidade aqui do nosso Estado, sob o ponto de vista da leitura de mundo feita pelos baianos. Mostrar a importância dos nossos autores, que têm dado uma contribuição tão importante para a vida cultural e literária do Estado da Bahia.

Os Srs. Parlamentares estão convidados para comparecer a essa audiência e junto com os nossos autores, intelectuais, gráficos e editores possamos traçar um rumo de fortalecimento dessa cadeia de produção de livros, daqui do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, imprensa, Galerias, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, gostaria de manifestar a minha alegria e congratulação com Dom Zanoni Demettino Castro, que foi nomeado Arcebispo da Arquidiocese de Feira de Santana. Ele já exercia o cargo de arcebispo-coadjutor, agora foi definitivamente guindado à titularidade daquela Arquidiocese.

Como já é do conhecimento desta Casa, ele é uma pessoa extraordinária. Filho de Vitória da Conquista, Dom Zanoni tem uma trajetória religiosa, acadêmica, é mestre em Antropologia da Linguagem, educador, também dando a sua contribuição na formação, não apenas de religiosos, mas de toda a sociedade. Fez um trabalho extraordinário na Arquidiocese de Vitória da Conquista e região e, agora, fará em Feira de Santana.

Tenho certeza de que Feira de Santana será, mais uma vez, premiada com esse grande pastor. E posso dizer que tenho nele e na sua família um amigo. Trata-se de

peessoas que vieram também de origem simples, mas que subiram na vida com o exercício da inteligência, da cultura e da educação. Muitas das suas irmãs, foram minhas alunas na Universidade do Sudoeste. E a sua família toda tem uma presença muito honrada em Vitória da Conquista.

Por isso tenho certeza de que os nobres deputados Zé Neto, Líder do governo, Carlos Geilson, José de Arimatéia, enfim, os deputados de Feira de Santana, estão alegres com a elevação do Dom Zanoni ao cargo de arcebispo titular da Arquidiocese de Feira de Santana.

Quero deixar também, Sr. Presidente, o meu abraço para as lideranças de Mortugaba, especialmente para o prefeito Heráclito Luiz Matos, a vice-prefeita Elite Cerqueira, a vereadora Helena Monteiro de Carvalho, os vereadores Alberto Lázaro, Antônio Presley e Aparício Martins.

E, nesta oportunidade, quero parabenizar Mortugaba que fará 54 anos de emancipação política no próximo dia 30.

Deixo ainda um abraço para a militância do Partido dos Trabalhadores, nosso partido, especialmente para a companheira Edileusa que é secretária da Agricultura e também dirigente sindical.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer do compromisso do nosso mandato, meu e do deputado federal Waldenor Pereira, com toda a região Sudoeste.

Nesse momento em que atravessamos uma situação de carência hídrica na região, temos trabalhado junto aos órgãos do Estado – Cerb, Embasa, Secretaria do Meio Ambiente, Defesa Civil –, para que nessa situação emergencial não falem as ações no sentido de que aquelas comunidades mais carentes fiquem sem o abastecimento de água.

Por isso, junto a Defesa Civil, estamos reivindicando carros-pipa para aquelas comunidades em vários municípios do Sudoeste da Bahia, especialmente no caso de Anagé onde houve um problema com relação à barragem, mas que já estamos resolvendo. No mesmo sentido, cobrando do nosso secretário a presença do Inema, em Brasília, da ANA. O deputado federal Waldenor Pereira esteve várias vezes na ANA buscando ações para mitigar os efeitos negativos da seca. E, com certeza, haveremos de atravessar esse verão... Sabemos que a previsão de chuvas é ruim porque há uma estimativa de que haverá 60% a menos de precipitação em todo o semiárido, sobretudo entre Minas Gerais e a Chapada Diamantina.

Estaremos aqui acompanhando e solicitando do governo Rui Costa que mantenha as ações do governo naquela região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Simões pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde a todos.

Srs. da Imprensa, Srs. Deputados presentes, colegas da Casa, venho hoje a esta tribuna fazer uma homenagem ao ex-governador Lomanto Junior, grande governador

da Bahia, grande homem público. Estive ontem no seu velório no Palácio da Aclamação, acompanhado de vários colegas da Assembleia, tanto do Governo quanto da Oposição. Falo em nome do deputado Zé Neto, Líder do governo. O governador Rui Costa estava presente na missa, o prefeito ACM Neto também se fez presente.

Hoje, na Coluna Ponto de Vista, o Sr. Jaime de Moura Ferreira foi muito feliz no seu pronunciamento no Jornal Tribuna da Bahia de hoje. E gostaria de aproveitar esses 5 minutos aqui, para reportar um pouco desse artigo que resumiu com maestria a vida desse grande baiano.

(Lê) “Adeus, Lomanto Júnior. O Brasil acaba de perder um grande ser humano. Antônio Lomanto Júnior.

Dia 29 deste mês, Lomanto completaria 91 anos de vitoriosa existência. Sempre assumiu, com muito orgulho, sua história de ser humano integral, destacando/; filho, marido, pai, avô, político e rotariano, sem falar na extraordinária bagagem de amizade que construiu e manteve, durante sua movimentada existência.

Filho de Jequié, jamais abandonou sua querida terra natal.

Sua carreira política o enobreceu e orgulhou o povo baiano, que sempre esteve com ele: Vereador de Jequié; Prefeito de Jequié (três mandatos); Deputado Estadual; Deputado federal (dois mandatos); Governador do Estado da Bahia; e Senador da República.

Sempre ao lado de sua eterna e querida companheira, Dona Detinha, há 69 anos, ainda conservava suas raízes de interiorano nas palavras, gestos, postura e na maneira espontânea de ser. Profundamente ligado à natureza, adorava sua Fazenda Floresta, onde, de sua varanda contemplava os animais, com um encantamento especial pelos pássaros.

Ainda muito jovem, veio estudar em Salvador, no Colégio da Bahia. Graduou-se em Odontologia pela UFB^a (1946). Embora enfrentasse certas dificuldades, não abria mão de um plano de vida traçado dentro dele: ser governador da Bahia.

Em Salvador, conheceu sua amada, Dona Detinha e casou-se em 26/12/1946.

Lomanto Júnior sempre foi acompanhado de uma estrela brilhante. Ele era dessas pessoas predestinadas ao especial. Tinha a capacidade de tocar e sensibilizar o coração de todos que conviveram com ele. Realmente ele preenchia os espaços, não só pelo seu tamanho, mas também, pela sua energia, sua espiritualidade, seu imenso amor, sem falar da grandeza do seu coração, comentada certa vez pelo senador Tancredo Neves: 'Lomanto tem o coração maior que o mapa da Bahia.'

Embora tenha sido, desde jovem extremamente dedicado À política, jamais deixou de estar junto à família a qual, nunca se afastou dele, inclusive nos seus últimos momentos, abraçava-o carinhosamente.

A vida é um interminável ciclo de mutações, representada na terra pelo período que vai do nascimento à morte. O ser humano, na condição de uma simples partícula cósmica, a exemplo de tantos outros elementos que constituem a natureza, experimenta todas essas mutações nas diversas fases de sua existência, as quais se interagem e possuem uma forte afinidade com as quatro gerações”.

Infelizmente, não vai dar para concluir aqui minha leitura, mas concluo meu pronunciamento homenageando esse grande homem público que foi o governador

Lomanto Junior. Fica o meu abraço fraterno e carinhoso ao nosso colega Leur Lomanto Junior, deputado estadual, e a toda sua família.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Marquinho Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Sr. Presidente, nobres deputados, venho à tribuna, hoje, para deixar registrado nos Anais desta Casa o meu pesar pelo falecimento do ex-governador, ex-senador, ex-deputado e prefeito Lomanto Júnior que, também, emprestou o seu nome para ser colocado na Praça Lomanto Júnior, em Barra da Estiva e, melhor, em seu local principal. Lomanto Filho, também, foi votado, durante várias eleições, em Barra da Estiva. Por isso, a Bahia perde um grande homem e um grande gestor durante a sua época quando obteve todos os seus cargos públicos conquistados pelo voto popular.

Deixo registrado o meu pesar pelo falecimento deste grande homem: Antônio Lomanto Júnior.

E, hoje, nobre presidente, é um dia festivo, porque o deputado Vitor Bonfim foi indicado para ser o novo secretário da Agricultura, rapaz jovem, competente, vereador durante 2 mandatos no município de Guanambi. Ele tem demonstrado, neste primeiro ano de mandato, ser um deputado atuante, pois luta por investimentos para os municípios que os trouxeram a esta Casa.

Estamos recebendo, aqui hoje, o retorno do nobre deputado Paulo Câmara, grande amigo. Em seu sexto mandato, ele retorna a esta Casa para ajudar na aprovação de novas leis de interesse do governo do Estado.

Então, nobre presidente, é isso que quero deixar registrado nesta Casa hoje.

Quero aproveitar este momento – pois não tive a oportunidade de fazê-lo durante a semana passada – para parabenizar, mais uma vez, o governador Rui Costa por ter feito investimentos na ordem de R\$ 10 milhões no município de Coribe. O investimento foi destinado à implantação do sistema de água naquele município. Desde a fundação do município de Coribe, a sua população vem consumindo água de péssima qualidade, melhor dizendo, água bruta.

E, no sábado passado, foi inaugurado o sistema de água do rio Corrente até o distrito de Ranchinho. O investimento é da ordem de R\$ 5,9 milhões. E, também, no mesmo sábado, o governador deu a ordem de serviço para o povoado de Ranchinho até à sede do município de Coribe. Tratam-se de recursos próximos a R\$ 4 milhões.

Esta é uma obra que o povo da comunidade vem lutando há muitos anos. E só agora, através do seu prefeito Manoel Rocha e dos deputados José Rocha e Marquinho Viana, este último foi o deputado mais votado na história de todos os tempos da história de Coribe com 3.500 votos.

O governador, sensível ao pedido, autorizou aquela obra que beneficiará aquele povo, principalmente no consumo de água de boa qualidade. Era um pedido antigo daqueles moradores que só agora foi autorizado pelo governador. E, à época também, o governador autorizou um outro convênio que é a sinalização horizontal e vertical da

cidade, através do Detran, da ordem de mais de R\$ 260 mil.

Então, Sr. Presidente, quero parabenizar o governador que, mesmo nesta época de crise, mesmo assim, tem demonstrado organização e conhecimento da máquina pública. Por isso, deu para se fazer os investimentos necessários naquele município.

Vamos aguardar o que o governador nos falou no palanque, pois, a partir do próximo ano, ele aguardará recursos de Brasília para que se façam as melhorias nas estradas que, realmente, estão precisando ser recuperadas.

Então, Sr. Presidente, era isso o que eu quero inserir nos Anais desta Casa.

Agradeço a Presidência por abrir espaço para eu deixar registrado nos Anais desta Casa assuntos tão importantes.

Muito obrigado pela sua dedicação a esta Casa.

Muito obrigado a todos e até a próxima!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, quero me associar às palavras dos deputados Luciano Simões Filho e Marquinho Viana. Tenho certeza de que toda esta Casa sente o pesar pelo passamento do grande homem público, ex-governador, ex-prefeito, ex-senador, ex-vereador, Lomanto Júnior, avô do nosso colega Leur Lomanto. Tenho certeza de que toda esta Casa se associa à dor da família Lomanto neste momento de perda deste grande homem público para a Bahia.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

Por 25 minutos, falará o deputado Herzem Gusmão.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, colegas da imprensa, inicialmente, gostaria de manifestar a minha alegria em saber que colegas da imprensa reconheceram a atuação de colegas deputados. Houve distinções para: Luciano Ribeiro, deputado do DEM; Hildécio Meireles, meu colega do PMDB; Pablo Barrozo, colega do Democratas e Alex da Piatã do PMDB. Portanto, envio um grande abraço a estes colegas. E o reconhecimento da imprensa, sem dúvida, é um grande estímulo e um grande incentivo.

E, hoje, no momento em que os deputados retribuirão as homenagens, pelo menos, desde quando estou aqui, melhor, desde março, gostaria de fazer referência a dois profissionais da imprensa, talvez, os mais constantes nesta Casa. São eles: o Tasso do Bahia Já e o Levi Vasconcelos do jornal *A Tarde* que, hoje, lançou, também, um site que é *Bahia.ba*.

Portanto, mais uma vez, envio um grande abraço à imprensa e um grande abraço àqueles que foram homenageados pela imprensa e àqueles que serão homenageados por esta Casa.

Hoje é um dia especial de votação. Votei com muita alegria. E, com muita satisfação, dei este voto. Eu gosto de votar.

Gostaria de registrar que, daqui há pouco, às 17 horas, será sepultado na cidade de Jequié uma das maiores expressões políticas da Bahia: Lomanto Júnior. Quando se fala em Lomanto, nós somos obrigados a lembrar de Antônio Carlos Magalhães, Josaphat Marinho, Rômulo Almeida, Waldir Pires e de tantas figuras ilustres da política estadual.

Claro, não estou dando um mergulho para ir lá atrás ao me lembrar, também, de Seabra, Otávio Mangabeira e tantos outros. Mas, para citar, talvez, um dos mais novos, não tão jovem assim, que foi cassado em 1964. Ao falar de Lomanto, somos obrigados a lembrar do ex-prefeito Pedral Sampaio que faleceu quase aos 90 anos de idade. Lomanto será sepultado daqui há pouco. No entanto, ele deixa uma grande história.

A minha cidade, Vitória da Conquista, pela proximidade a Jequié, tem laços estreitos de posicionamentos políticos: Lomanto, como adversário; Lomanto, como correligionário.

Há um marco histórico relevante na história de Vitória da Conquista, pois esta cidade é recheada de fatos importantes como a chegada do primeiro Ginásio do Padre Palmeiras em 1940. Há outros marcos importantes e significantes para aquela cidade como a chegada da primeira emissora de rádio em 1952 quando a cidade não tinha energia elétrica tampouco telefone. E a rádio funcionava com um motor de luz e, durante o dia, ocorria quedas de energia elétrica. Mas a rádio chegou pelas mãos de um desbravador do interior e um verdadeiro bandeirante das comunicações: Aurelino Ribeiro Novaes.

Já que estou falando de Lomanto Júnior, gostaria de registrar um marco histórico da nossa cidade que representa o desenvolvimento, melhor, representou, àquela época, uma comunicação importante, ou seja, o intercâmbio de Vitória da Conquista com outras cidades.

Getúlio esteve em Conquista antes porém na qualidade de ex-presidente, durante a sua campanha política, para se eleger, pela primeira vez, através do voto popular, a presidente do Brasil depois da ditadura do Estado Novo.

Estou falando da inauguração da BR-116, a famosa Rio-Bahia, durante o mês de março de 1963. Lomanto Júnior estava lá, pois era o governador da Bahia e recebeu, à época, o então presidente do Brasil João Goulart, aliás, o primeiro presidente que pisava em solo conquistense.

Lomanto inaugurava a Rio-Bahia em 1963, não só com a presença do então presidente João Goulart que foi cassado um ano depois. Estavam presentes, também, Miguel Arraes de Pernambuco e Magalhães Pinto de Minas Gerais; ambos de nossos estados vizinhos.

Portanto, foi uma marca a chegada da Rio-Bahia com a presença de Lomanto Júnior.

Na década de 1960 algo importante aconteceu em Vitória da Conquista. E, de novo, Lomanto chegou ao pequeno Estádio Edvaldo Flores. Ex-prefeito, ex-deputado federal, que incluiu Conquista no polígono da seca.

No acanhado e pequeno Estádio Edvaldo Flores, Lomanto presenciava um torneio intercolegial, uma espécie de olimpíada, improvisando pista de atletismo,

caixão para salto em altura, com a presença da juventude que representava seus colégios garbosamente.

Lomanto estava lá entusiasmado com o que viu e, imediatamente, prometeu à cidade que entregaria e inauguraria um estádio de futebol com pista de atletismo. O projeto inicial de Lomanto era para que o estádio fosse transformado em uma vila olímpica.

Em 1967, as seleções amadoras de Conquista e de Jequié inauguraram o Estádio Lomanto Júnior com o pontapé inicial deste grande homem público. Jequié e Conquista jogavam uma partida preliminar para um clássico Vasco e Flamengo. Portanto, foi outra marca de Lomanto.

Ele foi um governador presente naquela região e foi, também, um grande homem público.

Lamentamos a morte de Lomanto Júnior.

Deixamos um grande abraço para a família Lomanto e, em especial, para o nosso colega Leur Lomanto que integra a nossa Bancada de Oposição através do nosso PMDB.

O Sr. Luciano Simões Filho:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Pois não, deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Amigo, colega e correligionário Herzem Gusmão, corroboro o pronunciamento de V.Ex^a.

Continuo a fazer o que fiz durante o Pequeno Expediente.

Há um artigo no *A Tarde* de autoria do jornalista Edivaldo Boaventura publicado em 9 de outubro deste ano com o título “Um programa que muda a Bahia”. Lerei alguns trechos deste artigo.

(Lê) “Em bom tempo, João Eurico da Matta publica a experiência inovadora da modernização do Poder Executivo na Bahia, estratégia e dinâmica do Programa de Reforma administrativa do Governo Lomanto Júnior (1963-1967.)

Como coordenador-geral desta reforma, teve todas as condições para relatar este estudo de caso que não somente modernizou a administração como mudou a estrutura político-burocrática do estado da Bahia.

João Eurico da Matta mostrou claramente todas as fases do programa da reforma. Começou pelo projeto, objetivos, metodologia, dinâmica de grupo, até os conflitos de subculturas e limitações. Concebeu o trabalho em três grandes e expressiva partes.

Primeiramente, a gênese de um processo de mudança administrativa com seus antecedentes, com as negociações da Escola de Administração da UFBA com a Agência Americana de Desenvolvimento e a Sudene.

Naquela conjuntura, nasceu o Instituto do Serviço Público (ISP/UFBA) com a participação efetiva de José Rodrigues de Sena que veio do Rio de Janeiro para trabalhar no inovador projeto; e do diretor da Escola de Administração, professor Lafayette Pondé. Há outros participantes como demonstra a farta documentação: José Carlos Meireles, Margarida Batista, José Hage Sobrinho e Rômulo Galvão.

Segue-se à segunda parte, a Administração da Mudança, com o protagonista e

papéis, áreas abrangidas, processo e passos.”

O que quero dizer com este artigo é o que ele fala na conclusão.

Essa reforma administrativa foi implementada na gestão do então governador Lomanto Júnior que, realmente, dá uma nova cara à nossa Bahia. Como dois grandes exemplos dessa administração, há o CIA – Centro Industrial de Aratu – pensado e concretizado por Lomanto, sem falar dos benefícios em Itabuna e em Ilhéus com a Ponte Ilhéus-Pontal e todos os benefícios nos grandes municípios da Bahia.

Fica, aqui, o meu registro a este grande homem público: Lomanto Júnior.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Incorporo o aparte de V.Ex^a ao nosso pronunciamento.

Amigos, gostaria de fazer um registro sobre o falecimento de um médico, ontem, na cidade de Vitória da Conquista; aliás, anteontem, porque ele só foi sepultado hoje. Agenor Miranda teve uma vida dedicada à medicina e uma vida dedicada à igreja. Ele era regente do Coral da Igreja Peniel.

Depois de um final de semana, ele compareceu à cidade de Tanhaçu para trabalhar no plantão. Um colega médico, Dr. Walmar, ouviu de uma enfermeira que o Dr. Agenor Miranda acusou sinais de cansaço e acabou sendo traído pelo sono. O carro dele foi projetado de uma ponte a uma leito de um rio seco e teve o corpo carbonizado. A cidade de Vitória da Conquista está enlutada.

Registro, também, o falecimento de um dos troncos da família Mendes Gusmão de Oliveira, Sinvaldo Mendes de Oliveira, conhecido como Siva, pai de um ex-prefeito de Divisópolis, Minas Gerais, e atual prefeito daquela cidade, Helder Mendes. Lamentamos, também, a morte de Sinval.

Hoje, pela manhã, participamos de uma sessão conjunta para debater o Orçamento para 2016.

Gostaria de registrar e lamentar a forma como o governo do Estado está conduzindo as emendas impositivas. Emenda impositiva é um direito, é uma lei. No entanto, sai, através da imprensa, que o governador está dando ambulância e mais algumas coisas como se fossem benesses para os deputados e os deputados estão ganhando.

O governador não dá nada! E o deputado, também, não ganha nada, absolutamente nada!

As emendas impositivas são, inclusive, direcionadas para os municípios, para as cidades. O governador não é um dadivoso! Porém, o que se passa, através da imprensa, é que o governador está dando e os deputados, recebendo!

Ontem, eu recebi, aqui nesta Casa, professores, que representam as ADs, as universidades, entristecidos pela forma como estão sendo tratados o ensino e as universidades. E os professores chegaram aqui, Carlos Geilson, lamentando, porque leram na imprensa que os deputados de Oposição teriam sido cooptados pelo governo pela forma como foi noticiado, que o governo estava dando e os deputados de Oposição estavam ganhando.

Em março, lembro-me que aqui cheguei, novato, em que pese a minha experiência de vida com os meus 67 anos, mas um aprendiz, um novato nesta Casa, cheguei aqui chamando a atenção para o enfraquecimento do parlamento no Brasil.

Os nossos deputados federais, até pouco tempo, eram deputados do governo, atendiam à presidente. Agora o governo perdeu a maioria no Congresso Nacional. Mas, mesmo assim, o parlamento continua desgastado, abalado. Cheguei aqui no mês de março, e senti, nesta Casa, que o nosso parlamento estava parecendo uma secretaria avançada do governador do Estado da Bahia.

Tudo que ele quer, ele consegue, ele emplaca. Até uma solicitação de um empréstimo na ordem de 400 milhões de dólares, na época 1 bilhão e 600 milhões, sem questionamento, todos acatando silenciosamente. E nós entendemos que o parlamento precisa ser altivo, e o deputado precisa ser deputado do povo e não deputado do governador.

Então, Carlos Geilson, as emendas impositivas são um direito, portanto, o nosso protesto. A Bancada se reuniu, se posicionou em relação à condução equivocada do governo e, talvez, parte desta Casa.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Concedo um aparte, com muita alegria, ao meu colega de Feira de Santana, Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro deputado Herzem Gusmão, é sempre um prazer lhe ouvir. Estou atento ao discurso de V.Ex^a, e quero revivê-lo um pouco quando V. Ex^a fala do ex-governador Antônio Lomanto Júnior. Foi muito preciso no seu relato. Quero elencar entre as várias realizações do governo de Lomanto Júnior em Feira de Santana, Lomanto, a esperança do povo.

No seu governo foi construída a atual estação rodoviária de Feira de Santana; no seu governo foi construído o colégio estadual; outras escolas, estradas no entorno de Feira de Santana. De modo que foi um governador muito querido que deixou saudade.

Tive a oportunidade, que muitos não tiveram, de estar no palanque com Lomanto Júnior e ouvir um discurso. Ele participava de uma exposição agropecuária em Feira de Santana e fez um belíssimo discurso, e eu fiquei encantado pelo seu vozeirão, pela forma eloquente com que se expressava.

Foi também na gestão de Lomanto Júnior que Feira de Santana ganhou o atual Fórum Filinto Bastos. Então, essas foram as grandes realizações do seu governo, estação rodoviária, colégio estadual e o Fórum Filinto Bastos. Deixou uma saudade muito grade.

V. Ex^a foi preciso na sua narrativa quando elencou as inúmeras qualidades desse gestor. Aqui fica o nosso carinho, a nossa solidariedade à toda família Lomanto.

Em relação à fala do governador Rui Costa, no que tange às emendas impositivas, V.Ex^a também foi muito feliz, porque ao que parece e que se divulgou na imprensa é um favor que o governador está destinando a cada parlamentar. Não! Cada parlamentar está recebendo uma parte do que ele tem direito. Cada parlamentar receberá R\$ 850 mil, dos cerca de R\$ 1 milhão e 200 mil de emenda, em objetos escolhidos, apontados pelo governador do Estado e distribuído com os parlamentares, não atendendo às expectativas de cada Sr. Deputado e Sr^a Deputada. Então, essa é uma questão que está na Constituição Estadual. Não é favor, não é presente, é um direito.

Quero que isso fique bem claro, porque as notícias que estão saindo na imprensa é como se fosse – não diria que está explícito, mas implícito – um favorzinho, um mimo que o governo está fazendo a cada deputado.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Incorporo, deputado Carlos Geilson, o seu aparte ao nosso pronunciamento. Muito obrigado.

Em relação ainda à fragilidade do Parlamento. Hoje pela manhã, o relator, deputado Nelson Leal, rechaçou as nossas emendas, as emendas da Bancada de Oposição. Quatro emendas! Mas para não falar, até porque não temos mais tempo para comentar as emendas, vou me ater àquela pela qual também me sinto responsável, porque recebi, nesta Casa, os representantes das nossas universidades, quais sejam a UNEB, a UESC, do eixo Itabuna-Ilhéus, a UESB, de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, e a UEFS, de Feira de Santana. Entramos com uma emenda, a Emenda de nº 16.998, que autoriza o Poder Executivo a proceder as alterações orçamentárias necessárias para desafogar as nossas universidades, que vivem uma crise sem fim. Qual o argumento para não existirem recursos? O argumento da má vontade, o argumento de não priorizar a educação.

Nós queremos... Hoje pela manhã, aparteado pelo Líder Zé Neto... O deputado Zé Neto faz cálculos e parece ser convincente, mas mostrei hoje a ele que as nossas universidades precisam, todas elas, meu querido colega Tasso Franco, necessitam de R\$ 73 milhões para chegar ao final do ano e começar a respirar o ano novo. Para que as nossas universidades, que agonizam, não entrem em 2016 endividadas, quebradas, sem recursos para investimentos nas atividades universitárias... E aí as universidades reclamam que precisam, todas elas, de R\$ 73 milhões. É bom frisarmos que as universidades, todas elas, pedem R\$ 73 milhões para um rateio. A de Vitória da Conquista – eu soube, porque fui informado – precisa de R\$ 11 milhões, mas o governo nega.

O governo não tem os recursos! Os deputados governistas defendem o governo, passando até convicção, e nos fazem acreditar que verdadeiramente o governo não tem os recursos. Meu caro deputado Fábio Souto, o governo não tem! Negou os R\$ 73 milhões para as nossas universidades, neste ano, para que elas possam começar vida nova no ano novo.

No entanto, o governo repassou só para a Arena Fonte Nova, este ano, R\$ 63 milhões. Foram R\$ 20 milhões a mais do que necessitam as nossas universidades. Portanto, é uma inversão! Uma inversão das prioridades! Estamos entristecidos como os professores! Eles vão se manter mobilizados!

Eu disse hoje, quando o deputado Zé Neto me aparteu, que dificilmente o governo do Estado ou o Líder da Situação convencerá os professores, os reitores e os alunos de que o governo tem R\$ 93 milhões para a Fonte Nova e não tem R\$ 73 milhões, deputado Luciano Ribeiro, para as nossas universidades.

Temos de lamentar e, ao mesmo tempo, parabenizar as Oposições avisando à imprensa e à Bahia que elas estão de pé, não se renderam nem negociaram com o governo estadual, que trata muito mal esta Casa, este Parlamento!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Antes de passar ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco PP/PSL/PSB, gostaria de informar sobre a visita dos estudantes da Escola Municipal Professor Afonso Temporal, do bairro de Valéria. É um prazer recebê-los aqui.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, falará a nobre deputada Fabíola Mansur por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 11 minutos.

Hoje, V.Ex^a está belíssima! Vestida a caráter, em comemoração aos 30 anos do Axé Music da Bahia. Está muito linda com esta indumentária.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, obrigada por suas palavras carinhosas.

Começo meu pronunciamento saudando os queridos estudantes que hoje nos prestigiam. Saúdo também o deputado Paulo Câmera, que retorna a esta Casa. Seja bem-vindo!

Este é o turbante da resistência, deputado Zé Raimundo, por vários motivos. Certamente o 25 de novembro é o Dia Nacional da Baiana de Acarajé, ofício que é patrimônio imaterial e cultural, ícone-símbolo da nossa Bahia, ícone-símbolo da luta pela igualdade racial, pelo combate ao racismo, pela resistência das mulheres negras e do povo de santo para manter o ofício que foi, deputado Rogério Andrade, talvez um dos primeiros ofícios que mais marcaram esta Bahia. Mulheres negras, em sua grande maioria, sustentaram com ele as suas famílias durante anos.

Nós, enquanto vereadoras de Salvador, propusemos e aprovamos a Frente Parlamentar em Defesa das Baianas de Acarajé, em defesa do patrimônio imaterial e cultural. Naquele espaço, tínhamos ameaçado o ofício das baianas de acarajé por uma decisão do juiz D'Ávila que dizia e diz respeito às barracas de praia, mas não fazia referência às próprias baianas de acarajé. Elas tinham o seu ofício ameaçado pela possibilidade de retirada dos seus postos de trabalho das praias. Fizemos a defesa e conseguimos, eu, os vereadores Gilmar Santiago e Sílvio Humberto e a vereadora Aladilce, junto com a presidenta da ABAM, Associação das Baianas de Acarajé e Mingau, Rita Santos, postergar.

Hoje, temos que dar vivas às baianas! Temos de salvaguardar esse ofício e lutar pela manutenção dos postos de trabalho.

Quando se organiza uma cidade, as mudanças devem ser discutidas com o povo. As baianas devem ser mantidas nas praças, nas praias. Não podemos agir de outra forma. E aí temos os food-trucks, que hoje se colocam nas capitais e no interior do nosso Estado. Eles não podem e nós também não podemos ameaçar o ofício que é hoje patrimônio cultural da Bahia.

Temos de ter a sensibilidade. E a Comissão de Mulheres, que ora presido, faz essa defesa. Inclusive esteve hoje na Cruz Caída, junto com a ABAM e a sua diretoria, para fazê-la e trazer essa discussão também a esta Casa. É preciso garantir as mulheres, as baianas de acarajé—mulheres em sua maioria negras - nos seus postos de trabalho, salvaguardando um ofício que é milenar.

Este turbante também serve, deputado Paulo Câmara, para marcar o dia 25 de novembro, que inicia uma campanha pelos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher. Em 25 de novembro, na República Dominicana, quatro mulheres foram assassinadas, quando no Canadá também outras foram assassinadas por serem oposição. Foi o dia que marcou essa atividade.

E nós temos uma agenda da Assembleia Legislativa, que foi iniciada hoje por uma sessão especial organizada pela Comissão de Direitos da Mulher, conjuntamente com a Subcomissão de Autonomia de Mulheres e a bancada feminina, a qual contou com a participação de movimentos feministas, movimentos de mulheres. Estavam ali representadas a mulher negra, a mulher lésbica, bissexual e trans, a mulher trabalhadora, a mulher com deficiência, a mulher sindicalista, enfim, todas elas sugerindo uma agenda. Alguns encaminhamentos foram colocados, e eu trago aqui para V.Ex^{as}.

A primeira ação da Comissão de Mulheres foi propor uma indicação ao governador Rui Costa para a criação de um fundo estadual de combate à violência contra a mulher. E temos a grata satisfação de ter outras Comissões, como a da Promoção da Igualdade Racial, presidida pelo deputado Bira Corôa, e a de Direitos Humanos, presidida pelo deputado Marcelino Galo, que se agregam a este esforço para tentarmos criar esse fundo, deputado Zé Raimundo, de combate à violência.

Sabemos, pelo mapa da violência recentemente publicado, que a Bahia ainda é o terceiro Estado mais violento, que ainda temos 50 mil estupros ao ano no País e que ainda temos violência contra a mulher em todas as suas formas, o que, na verdade, assola, vitimiza mulheres na grande maioria negras, de 19 a 24 anos.

Assim, a “Casa das Sete Mulheres”, a quem saúdo hoje no início dos 16 dias de ativismo, não só promoveu aquela sessão especial, cujo encaminhamento foi a reunião com o governador Rui Costa e mais estas propostas: aprovação do fundo de combate, audiências públicas para tratar da saúde da população negra, com recorte na mulher negra; aumentar a rede de atenção às mulheres, com ampliação dos centros de referência das delegacias; verificação in loco da situação das mulheres encarceradas, presas; ida à Ilha de Maré, com a comissão itinerante, para fazermos uma audiência com as mulheres pescadoras e marisqueiras.

Propusemos também uma carta das baianas contra o projeto 5.069, deputado Herzem Gusmão, de autoria do presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, que simplesmente coloca obstáculos às situações de abortamento legal já previstas em lei, impedindo a instrução, o auxílio às mulheres vítimas de estupro, o uso da pílula do dia seguinte e fazendo com que elas de novo tenham de ser vitimadas apresentando a comprovação, através de boletim de ocorrência, do estupro. É como se pedíssemos para as vítimas de um tiro se levantarem do chão e irem à delegacia para confirmar que foram baleadas, porque senão não serão ajudadas.

Esse projeto 5.069 é um atentado à liberdade das mulheres, é um atentado contra direitos e conquistas, ao longo de anos, dos movimentos feministas, dos movimentos de mulheres!

Nós estamos encaminhando uma carta das mulheres baianas ao Congresso Nacional através das nossas representantes – Moema Gramacho, Tia Eron e a senadora Lídice da Mata –, para que sejamos assim, enfim, representada.

Quero dizer que, entre os encaminhamentos, está o de colocar esta Assembleia Legislativa numa agenda que chamamos de Assembleia Mulher. É uma proposta que consiste no recolhimento de todos os projetos que tramitam nesta Casa, de iniciativa de mulheres para mulheres, e na discussão, com os movimentos sociais, sobre quais deles são prioritários para darmos celeridade a esses projetos.

Isso é muito importante, deputado Herzem, porque essa agenda precisa ser visibilizada, porque estamos disputando Orçamento, disputamos espaço de poder, estamos disputando empregos, estamos recebendo 70% do que os homens recebem. Parece uma coisa já dita, não concretizada, mas temos que nos manter resistentes e unidas para que mudemos essa realidade.

E a Casa das Leis, que é a Casa do Povo, pode e deve, através dos seus deputados também sensíveis a essa luta, sugerir projetos que possam mudar a vida das mulheres.

Esse turbante, é o turbante da resistência, é o turbante da baianidade, é o turbante dos 16 dias de ativismo, deputado Alan Sanches, mas é também uma homenagem. E quero aqui saudar o deputado Eduardo Salles, presidente da Comissão de Educação e Cultura, que hoje fez uma justa homenagem aos 30 anos do Axé Music. Só pude estar presente já no final, porque estava presidindo a sessão pelos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher.

Nessa sessão, pude encontrar e rever amigos como Gerônimo, Armandinho, Margareth Menezes e debater com eles a respeito dos próximos 30 anos do Axé Music, que se vê ameaçado efetivamente por conta da não execução das músicas nas Rádios, por conta da diminuição da transparência das filas do Carnaval, por conta da disputa do Axé Music com outras formas de músicas. Então, nós sugerimos que, com eles e com o deputado Eduardo Salles, pudéssemos fazer uma comissão pela transparência, pela democratização, pela não mercantilização do Carnaval e, também, um projeto que pudesse valorizar as vozes que construíram o Axé Music no País.

Então, estamos dando, através dessa iniciativa, possibilidade para que aqueles que são os ícones da nossa cultura, através do Axé, possam construir com esta Assembleia a garantia de preservação do marco cultural que é a música e que certamente é importante para divulgação da Bahia e da nossa cultura.

Pelos 16 dias de ativismo, pelas baianas de acarajé, pelo Axé Music, a gente usa o turbante da resistência, que é o turbante da Bahia.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/ PRB/ TEC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Pablo Barrozo:- Falará pelo tempo de 6 minutos o deputado José de Artimatéia; no restante do tempo, falará o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Srs.

Deputados, Canal Assembleia. Primeiro, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que hoje é o dia de homenagear os doadores de sangue, que procuram ajudar ao próximo e muitas vezes salvar vidas.

Torço para que o Dia Internacional do Doador de Sangue, celebrado nesta quarta-feira, sirva também para informar, sensibilizar a população em âmbito mundial sobre a importância de ser um doador de sangue. Então, não poderia deixar de fazer esse registro.

Outro assunto, Sr. Presidente, para o qual eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados que compõem a Comissão de Defesa do Consumidor, é que mais uma vez hoje não tivemos quórum para abrir a Comissão. Inclusive, estou mandando ofício para cada deputado que representa essa Comissão e, como presidente, venho informar que, diante da decisão do Governo do Estado de realizar o leilão da Ebal, que acontecerá no dia 27 de janeiro, conforme publicação do Diário Oficial no último dia 19 de novembro, entendo que será desnecessário realizarmos essa Audiência Pública que estava marcada para o dia 2 de dezembro, próxima terça-feira.

Então, diante disso, estou aqui comunicando aos Srs. Deputados que compõem essa Comissão, tendo em vista que o prazo para apresentar quaisquer tipos de alternativas já se esgotou, que foi cancelada essa audiência pública.

Sr. Presidente, tem sido manchete nacional o problema da microcefalia.

(Lê) “O Ministro da Saúde já identificou 739 casos suspeitos de microcefalia, que causa a má-formação no cérebro de bebês no período de gestação, em 160 municípios de nove Estados brasileiros;

Pesquisas feitas com mulheres grávidas cujos bebês foram diagnosticados com má-formação no cérebro apontaram para a presença do vírus Zika;

O Zika vírus circula em 14 estados brasileiros, mas os casos registrados de microcefalia até agora se concentram no nordeste;

De janeiro até este mês, a Bahia registrou aumento na quantidade de casos de microcefalia, se comparado a todo o ano passado. Até agora, a Secretaria da Saúde do estado da Bahia notificou 13 casos, enquanto em 2014 foram registrados apenas sete.

Em todo o estado, a cidade com maior incidência é Salvador, com 20 casos nos últimos seis anos. Os municípios de Cipó, no nordeste baiano e Itabuna, no Sul, ficaram na segunda posição, com três registros cada.

Gostaria de aproveitar a mídia e as pessoas que nos assistem pelo Canal Assembleia, para pedir que vocês engajados, tanto com a informação, quanto com prevenção, pois estamos falando de um dos problemas sérios de saúde pública que o Brasil enfrentou nos últimos 50 anos. É o momento de mobilizar toda a sociedade no combate do mosquito. É um dever de todos nós!

Dicas:

1. População não deve permitir a água para.
- 2.As mulheres grávidas devem redobrar o cuidado com repelente, mosquiteiro e evitar as regiões que apresentem alto índice do vírus Zika
3. O Ministério da Saúde orienta as pessoas que tiveram o Zika vírus que evitem engravidar no momento por causa da atual situação.”

Então, fiz essas observações que acabo de ler e gostaria de que, diante de uma audiência pública que a Comissão da Saúde fez, pudéssemos abraçar uma ideia, inclusive, já existe a vacina de combate à dengue, só depende agora da sinalização do Ministério da Saúde...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) para que os municípios possam se adequar. Só existe agora a boa vontade do governo, até porque a presidenta da República, Dilma Rousseff, tem batido na tecla que devemos dar atenção à prevenção. Estamos vivendo a década da prevenção, e se nós estamos vivendo a década da prevenção essa questão da microcefalia já vem sendo anunciada há muito tempo. Desde o início, o mosquito da dengue já vem incomodando não só os baianos mas os brasileiros de modo geral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o nobre deputado Luciano Simões Filho pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Amigas e amigos deputados, volto a esta tribuna, depois de ter feito minha homenagem ao ex-governador Lomanto Júnior, para falar da 21ª fase da Operação Lava-Jato, chamada Passe Livre.

Deputado Luciano Ribeiro, o nome da operação é Passe livre! A Polícia Federal prendeu José Carlos Bumlai, amigo pessoal do grande Líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Falo aqui para o nosso amigo Zé Raimundo, do PT, Rosemberg, do PT, ouvirem bem. Passe Livre por quê? José Carlos Bumlai tinha trânsito livre no Palácio do Planalto – era do conhecimento geral de todos –, gozava da mesma ousadia da então primeira-dama dona Marisa Leticia: Só era bater a mão no trinco da porta, entrar e estava lá a presidência da República à disposição do então fazendeiro, pecuarista José Carlos Bumlai. Foi acusado na Operação Lava-Jato de ser um dos articuladores dos operadores para limpar o dinheiro roubado de contratos superfaturados da Petrobras para financiar campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores. José Carlos Bumlai, amigo pessoal do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso na Operação Lava-Jato, comandada pelo grande juiz federal Sérgio Moro!

Hoje, também nos surpreende – o PT não nos surpreende – por ser a primeira vez, na história da República, que um senador no seu mandato é preso, senador esse líder do governo do PT no Senado, deputado Carlos Geilson! O senador Delcídio Amaral, preso pela Polícia Federal, também no escândalo do “petrolão”, onde foi descoberto pela investigação de que estava mancomunado com o “corcunda de Notre Dame”, o Cerveró, na compra fraudulenta da refinaria de Pasadena. Estava lá, e está na Folha de S. Paulo, no O Estado de São Paulo e na investigação da Polícia Federal, uma tentativa de suborno, de compra de André Esteves, do Banco BTG Pactual, e de Delcídio Amaral para comprar o “Corcunda de Notre Dame” para que ele não fizesse a delação premiada, para que Cerveró não abrisse o bico, não falasse nada da roubalheira! E o Líder do PT no Senado corrobora!

Nós, aqui na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, não podemos nos calar em mais esse escândalo que envergonha o nosso País, desse PT que diz que é o governo dos pobres! O Líder do governo no Senado, do PT, foi preso hoje pela Polícia Federal, e o amigo pessoal do pai dos pobres está preso também!

Essa é a forma, deputado Adolfo Viana, de o PT fazer política! Eles botam a briga na rua dizendo que só ele gosta dos pobres, que os empresários são uns canalhas que só querem o mal do povo. E está aí, o Luiz Carlos Bumlai, amigo pessoal do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, limpou o dinheiro de contratos superfaturados da Petrobras, e sobre ele recai uma suspeita muito grave, de uma indústria de álcool no Mato Grosso do Sul, uma empresa fechada, para a qual ele conseguiu levantar no BNDES mais de R\$ 60 milhões. Uma empresa em que não funcionava absolutamente nada!

Venho aqui deixar claro e falar aos Srs. da Imprensa que a Bancada da Oposição nesta Casa condena as práticas podres do governo do PT, e muito obrigado!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT-PCdoB-PR, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, vai falar por 11 minutos o deputado Rosemberg.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: - Sr. Presidente, queria pedir desculpas à deputada Luíza Maia para usar do seu tempo aqui, que estava marcado, porque eu não poderia ficar calado depois da colocação do deputado Luciano Simões.

O deputado Luciano Simões parece que está em outro mundo! O presidente da Câmara federal, Eduardo Cunha, é do seu partido, deputado Luciano Simões! Parece que essas empresas que financiaram o PT, o PMDB, o PSDB, o DEM...

O Sr. Adolfo Viana: - Um aparte, deputado!

O Sr. ROSEMBERG PINTO: - Não darei, por gentileza.

(...) tinham um local turvo do roubo, que era para o Partido dos Trabalhadores, e outro local que certamente essas empresas devem ter recebido das igrejas, que doaram para o partido de V.Ex^a. Parece que é assim.

Ora, quem fez delação premiada e assumiu foi Fernando Baiano, que dizia que era operador do PMDB, do partido de V.Ex^a, dentro da Petrobras! Ele assumiu isso publicamente. Ora, vem aqui V.Ex^a dizer que é o governo do PT! O governo nacional tem uma aliança com o PMDB, que tem o vice-presidente do governo federal! Se tem bandido neste governo federal tem bandido no PT e também no PMDB!

Então não é V.Ex^a que vem dar aqui aula de moralidade! Desafio a fazer-se esse debate aqui sobre a questão da corrupção! Sobre a questão do envolvimento do partido, é um equívoco de V.Ex^{as}. Agora, o grande paladino da moralidade passa a ser para V.Ex^{as}, que colocam esse questionamento, o juiz Sérgio Moro, por quem tenho

respeito muito grande pelo trabalho que vem desenvolvendo. Na realidade, o que está por detrás disso, deputado Luciano, é a criminalização da política! Parece que não estamos lendo as informações. O Ibope fez uma pesquisa recentemente: independentemente de serem do PT, do PSDB, do PMDB, todos os políticos avaliados estavam com uma rejeição extremamente próxima, porque é a criminalização da política. Quando se chega em determinados locais, independentemente de coloração partidária, é a criminalização do político. É isto que precisamos nos perguntar... Não acho aqui que devamos personalizar o debate, acho que isso não pode ser feito.

E quero dizer aqui que esses partidos que estão no governo, que receberam financiamento das empresas que estão investigadas pela Operação Lava-Jato têm a mesma responsabilidade, igual. Não existia nessas empresas um caixa de quem estava fazendo corrupção nas empresas para doar ao partido a ou ao partido b. Vem do mesmo local. Se os financiamentos de campanha foram operações legais, foram legais para todos os partidos, e se foram ilegais, foram ilegais para todos os partidos.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. Alex Lima;- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO: -Então, o que está por detrás é uma tentativa no sentido de tentar criminalizar o Partido dos Trabalhadores, e isso não podemos aceitar. Não posso aceitar aqui na Bahia criminalizar o Partido dos Trabalhadores, porque a maior referência deste Estado, que comunga um segmento na política, tinha o slogan mais importante deste Estado, “que rouba mas faz”. Então, não posso admitir que ninguém que vem desse alinhamento, dessa visão de pensamento, fale aqui do Partido dos Trabalhadores. Todos os grandes partidos receberam financiamento dessas mesmas empresas. Será que tinha um caixa do dinheiro santo da igreja e outro caixa da roubalheira na Petrobras, e que foram distribuídos para esses partidos? O caixa é único, a distribuição é única, e se tem problema para um, tem para todos. É isso que precisamos discutir, meus queridos companheiros deputados e deputadas. É um equívoco nosso. Não quero passar a mão pela cabeça de ninguém, porque, se há algum problema nessas empresas, se há problema nessa relação com a Petrobras, a polícia que cuide disso, que isso é um problema da polícia, e não da política. A política não pode estar vinculada a essas questões, a uma tentativa de criminalização da política, não é do Partido dos Trabalhadores. E aqui ficamos trazendo isso para nós mesmos, um debate que é contra a política, não é contra os partidos especificamente.

Ora, meus companheiros e companheiras, quero dizer, meu querido deputado Luciano Simões Filho, aceitaria isso de um parlamentar de qualquer outro partido, mas do PMDB, que divide a gestão do governo federal com a presidenta Dilma, não tem moral para fazer questionamento sobre essa coisa do desvio de dinheiro na Petrobras. Não pode se colocar isso nesse formato.

Com o aparte o deputado o deputado Adolfo Viana e depois o deputado Alex Lima.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Rosemberg Pinto, V.Exª sabe do apreço que lhe tenho, da amizade, do respeito. Mas V.Exª, como Líder do PT nesta Casa, sobe à tribuna para cumprir com o seu papel e responder ao deputado Luciano Simões Filho. Quero dizer a V.Exª que, no meu entendimento, e observei com atenção o

pronunciamento do deputado Luciano Simões Filho, a única coisa que ele fez foi uma reflexão sobre o momento que estamos vivendo. Em momento algum ele acusou a, b ou c. Ele apenas fez uma reflexão para percebermos o momento que estamos vivendo. O Líder do PT no Senado sofre uma prisão hoje, não quer dizer nem que ele seja culpado..

O Sr. ROSEMBERG PINTO: - Ele é Líder do governo, do PT e do PMDB. Ele é Líder do governo, e representa o PT e o PMDB. Se o deputado acha que ele só representa... Ele é do PT, mas representa o governo que o PT e o PMDB dividem no Senado, no Congresso Nacional.

O Sr. Adolfo Viana: - Pronto, deputado. Ele é um senador do PT, do Partido dos Trabalhadores, que representa...

O Sr. ROSEMBERG PINTO: - Líder do governo.

O Sr. Adolfo Viana: - Líder do governo. Caso ele realmente esteja errado, o Líder do governo, que é do PT, está desonrando a todos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: - É verdade.

O Sr. Adolfo Viana: - Então, V. Ex^a, que agora sobe à tribuna para fazer a defesa do PT, eu quero dizer a V. Exa que o deputado Luciano Simões Filho colocou uma questão que hoje está sendo falada em todos os cantos do Brasil. As pessoas querem saber o que realmente aconteceu. Ele colocou que o amigo pessoal do Lula teve a sua prisão, agora o Líder do PT e do governo no Senado também e que a Bahia e o Brasil hoje falam disso, que o PT hoje é um partido que está atolado em problemas com a justiça. E V. Exa, que é Líder do PT, tenta usar a tribuna para defender o indefensável. Essa é uma realidade, deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: - Com o aparte o deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Deputado Rosemberg, queria parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento, mas chamar esta Casa para uma reflexão. Todas as vezes, deputado Adolfo Viana, eu me faço esta pergunta, porque cheguei a esta Casa aqui para o meu primeiro mandato num momento muito difícil da política. A política está envolvida em diversos escândalos, os políticos sem credibilidade e isso tem uma gravidade, porque, no regime democrático, a classe política precisa estar em outro patamar. Acho que uma das reflexões, deputado Rosemberg, que nós, todos os políticos, devemos fazer, independentemente de partido político, não são as consequências desse sistema eleitoral que está falido, mas sim as causas que sempre levaram a esse tipo de escândalo.

Não estou aqui hoje para fazer a defesa, deputado Rosemberg, do governo da presidente Dilma, do governo do PT, do PSDB ou de quem quer que seja. Mas eu confesso que me causa revolta a gente estar contando apenas parte da história à população brasileira. Nós da classe política continuamos a enganar o povo brasileiro porque não falamos a verdade, e a verdade, deputado Rosemberg, contando com a tolerância do presidente, a verdade é que esse sistema político atual faliu e faliu há muito tempo. E nós não temos a condição moral de ter coragem de fazer o que este País precisa, que é uma completa e ampla reforma política para acabar de vez com essa forma falida de fazer política neste País.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Para concluir, Sr. Presidente, com sua

permissão, deputado Luciano Simões Filho, perdoe-me se eu fui emotivo nas minhas colocações, é que eu não posso permitir que nós que pactuamos com o governo, que é um governo do PT e do PMDB, inclusive os principais atores do PMDB no Congresso Nacional pactuam com o conjunto de aliança do vosso segmento, que defende a manutenção do Eduardo Cunha, e tem defendido isso. Então quem tem esse tipo de posição lá não se pode arvorar aqui a paladino da moralidade. Não estou dizendo de V. Exa, estou falando da instituição partidária. Nós estamos vivendo uma crise das instituições partidárias. E nós não podemos. O Partido dos Trabalhadores não pode pagar o preço isoladamente de uma construção extremamente equivocada, ultrapassada e que já não funciona mais do ponto de vista de financiamento de campanha.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Falará o deputado Luciano Simões Filho por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o nobre deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Obrigado, presidente. Quero fazer um esclarecimento ao nobre deputado Rosemberg Pinto, Líder do PT nesta Casa.

Na terça-feira passada, eu fui, acompanhado pelos deputados do PMDB Herzem Gusmão, Pedro Tavares, Lúcio Viera Lima e Hildécio Meireles – Leur Lomanto não foi por conta da doença do seu avô –, ao encontro nacional do PMDB, e levantamos a bandeira como levantamos aqui na Assembleia.

Nós não concordamos com essa política de coalizão do PMDB com o PT, porque, simplesmente, entendemos que o estelionato eleitoral foi aplicado nas urnas e somos favoráveis ao *impeachment* da presidente Dilma, já que ela não faz por onde estar no patamar mais alto da nossa Nação.

Mas, voltando ao nosso pronunciamento anterior, está claro, como disse o deputado Adolfo Viana, que eu trago aqui não uma invenção, e sim um fato que aconteceu ontem e um fato que aconteceu no dia de hoje.

A Operação Lava-Jato não para, a Operação Lava-Jato, comandada pelo juiz federal Sérgio Moro, a cada dia que passa só faz revelar a podridão do governo do PT – nos 8 anos de Lula, no primeiro mandato de Dilma e, agora, na continuação desse socialismo que eles inventaram para o nosso País. Um socialismo que tornou a Venezuela o país que é hoje.

Vamos lembrar aqui que na semana passada houve a eleição no nosso país vizinho, a Argentina, que cansou desse populismo, dessa mentira que é empregada por essa geração que, com fé em Deus, está sendo colocada para fora do poder nos países da América Latina.

Houve uma renovação na Argentina. O presidente eleito acabou de declarar que quer tirar do Mercosul a Venezuela por uma questão muito simples: o governo inaugurado por Hugo Chávez não respeita a democracia, não respeita a oposição...

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Um aparte ao nobre deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Meu caro deputado Luciano Simões, quero parabenizá-lo pela coragem do seu pronunciamento e completo dizendo o seguinte: na semana passada, fomos a Brasília, como V.Ex^a acabou de dizer, para fazer parte do Congresso promovido pela Fundação Ulysses Guimarães.

Eu tenho bastante hombridade para dizer, neste aparte que faço a V.Ex^a, que nem vi quando o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, adentrou aquele ambiente. Procurei sair antes que ele chegasse.

O que quero dizer com isso é que nós, membros do PMDB, não temos obrigação de concordar com a parceria política em nível nacional do PMDB com o PT, muito menos depois que se descobriu todo esse lamaçal pelo qual passa o nosso País.

Certo que não é só o PT. Eu, pelo menos, reconheço que no PMDB, também tem, já falei isso aqui da tribuna, mas isso não quer dizer que tenho que compactuar. Aliás, o PMDB da Bahia é um PMDB dissidente desse acordo em nível nacional, do que nós vemos lá em Brasília.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte.

O Sr. Hildécio Meireles:- Contra fatos não há argumentos. Hoje, pela manhã, infelizmente, foi preso um senador da República, e foi preso com autorização da sorte superior, do Supremo Tribunal Federal.

Não foi uma coisa somente da Polícia Federal, que é a polícia do Estado brasileiro subalterna ao Ministério da Justiça do governo do PT, e do PMDB, como diz o deputado Rosemberg. Agora, o que eu quero dizer é que, como membro do PMDB, não concordo. Sou PMDB, mas não concordo com falcaturas que qualquer um membro do meu partido, o PMDB, ou seja de qual for. Não podemos concordar.

Portanto, só para concluir o nosso aparte, deputado Rosemberg, contra fatos não há argumentos. Não fomos nós que inventamos nada disso. Infelizmente, esta é a situação pela qual passa o Brasil, aliás, situação nunca antes vista neste País.

Muito obrigado, caro deputado Luciano.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Obrigado, deputado Hildécio. E pelo que li nos noticiários, agora, às 17 horas, será realizada uma sessão no Senado para que, com base no art. 53 da Constituição, o Senado se manifeste quanto à prisão do senador Delcídio Amaral. Faço votos para que mantenham a decisão do STF, que, com certeza, foi uma decisão muito bem pensada e analisada, com provas robustas.

Hoje podemos ver na mídia gravações do Líder do governo no Senado, senador Delcídio, com provas contundentes, realmente, de subornos em contratos superfaturados da Petrobras.

Concedo o aparte ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Luciano Simões Filho, quero, primeiro, parabenizá-lo pelo pronunciamento corajoso e firme que faz nessa tribuna na tarde desta quarta-feira. O deputado Hildécio foi muito feliz na colocação dele.

Quando pedi o aparte a V.Ex^a era justamente para ir na linha do que disse o deputado Hildécio. O PMDB da Bahia não faz parte desse governo que aí está, muito pelo contrário. O PMDB, na sua unanimidade, hoje, pede, o quanto antes, o afastamento desse governo que aí está, justamente porque não concorda com a forma de trabalho desse governo. E o resultado dessa forma de trabalhar é esta que estamos a assistir, todos os dias, nos jornais de grande circulação do Estado.

Parabéns a V.Ex^a pela coragem.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Muito obrigado, deputado Adolfo.

Concedo o aparte ao nobre deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Deputado Luciano Simões, quero parabenizá-lo, fazendo minhas as suas palavras. V.Ex^a tem sido um combativo deputado da Oposição, corajoso, respeitoso. Infelizmente, a verdade que está aí aos olhos de todo mundo, às vezes, incomoda, e as pessoas ficam na dúvida.

O Líder do PT, deputado Rosemberg, ficou na dúvida se defende o indefensável ou se fica calado. Quando defende o indefensável, fica um pouco acima, um pouquinho nervoso, e acaba querendo usar a tática do PT de misturar, como se todos fossem iguais, como se dissesse: “Se um erra, todos erram”. Essa é a tática do PT.

Antigamente, eles eram diferentes, eram os melhores, eram os reis da ética. Agora, todos são iguais. Tenho certeza de que o certo seria olhar para a população brasileira e dizer: “Nós erramos! O PT errou! Nós temos que nos reinventar”. Teriam de assumir. Agora, esse discurso de que há um desrespeito ou algo parecido, creio eu que é equivocado, porque desrespeito não há nenhum. Ou há desrespeito da Polícia Federal, ou há desrespeito do Ministério Público, dos órgãos competentes, ou não há desrespeito.

Da nossa parte, aqui, como deputados da Oposição, eu, como Líder interino da Minoria, faço voz ao seu discurso, deputado Luciano, que muito nos orgulha. Discurso corajoso, que mostra o que a imprensa divulga, imprensa essa que o PT nunca quis que fosse livre, não quer que seja livre. Quer que seja igual à Venezuela, a Venezuela do sonho de alguns deputados petistas.

Parabéns!

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Obrigado, nobre Líder.

Concluo meu pronunciamento na certeza, deputado Carlos Geilson, de que novas fases virão da Operação Lava-Jato. O trabalho não para por aí! Com certeza subirei a esta tribuna com novos escândalos, com provas cada vez mais fortes do estelionato eleitoral aplicado pelo ex-presidente Lula e pela presidente Dilma, que todo mundo sabe: inflação estourada, a maior dos últimos 20 anos, aumento da conta de luz. O Bolsa Família, que era o grande programa deles, vai começar a surtir efeito contrário, porque vai, realmente, virar esmola, o que sempre foi.

Aproveito o fim desse meu pronunciamento para parabenizar os nobres colegas Marcelo Nilo, Pablo Barrozo, Alex da Piatã, Hildécio Meireles e Luciano Ribeiro, que foram eleitos como deputados-destaque pela Imprensa baiana, com certeza cada um no seu trabalhando, orgulhando a todos nós e a toda a Bahia.

Parabéns, colegas, e vamos rumo à próxima fase da Lava Jato com novas emoções para a Sr^a Luiza Maia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PTN/PROS/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo a nobre deputada Luiza Maia, com direito a apartes, naturalmente.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, antes de iniciar a minha fala aqui, de forma muito especial sobre o dia 25 de novembro, que é o dia dessa campanha internacional pelo fim da violência contra a mulher, quero deixar registrado aqui o meu repúdio aos dois jovens, Luciano Simões Filho e Pablo Barrozo pelas falas tão reacionárias, tão confusas, misturando a Imprensa brasileira com a da Venezuela, um conteúdo horrível. Normalmente o jovem, ele é um revolucionário, ele quer fazer mudanças, mas eu fico, realmente, muito entristecida em ver dois jovens com tão pouca idade e com esse conteúdo tão conservador, tão reacionário e tão atrasado e ultrapassado, como eu vi aqui na sala com esses dois jovens deputados, que deveriam estar pensando diferente.

Mas, eu quero, Sr. Presidente, dizer que hoje a gente participou, pelo menos de quatro eventos eu consegui participar, que foi o lançamento da campanha internacional, os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher.

Como já disse aqui à presidenta da Comissão dos Direitos da Mulher, aqui na Alba nós fizemos uma sessão conjunta, a Bancada feminina, a Sub-Comissão da Autonomia da Mulher e a Comissão dos Direitos da Mulher. Participei também, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, do lançamento dessa mesma campanha promovida pela Secretaria da Mulher, com a presença da nossa querida secretária Olívia Santana, que recentemente coordenou e comandou uma conferência importante para a vida das mulheres também, aqui na Bahia.

E o dia das baianas do acarajé, foram duas comemorações conjuntas, uma festa muito bonita, a igreja lotada. Depois caminhamos junto com a ONU-Mulher que filmava, acompanhava de perto e fotografava todo aquele evento, as baianas de acarajé que hoje têm na sua principal pauta o reconhecimento oficial da sua profissão, uma profissão que foi a primeira nesse nosso Brasil sofrido.

Então, foi assim um motivo de muita alegria, além de muitos municípios que hoje também lançam essa campanha e esse debate. E eu acho que é fundamental. Nunca a gente vai se cansar de discutir essa questão da violência contra a mulher, a violência física, a violência simbólica, a violência psicológica, a violência patrimonial.

Então, a mulher, hoje o nosso País, inclusive, está numa situação muito incômoda sobre essa questão. Aqui na Bahia, o ano passado, foram assassinadas 476 mulheres, num ato assim horroroso, a Bahia está colocada como quinto Estado também nessa questão da violência. Agora mesmo na Praça do Campo Grande, rumo à Praça Castro Alves, está concentrada a Marcha Mundial das Mulheres, também participando desse lançamento de campanha, também levando as suas bandeiras para

as ruas.

E de forma muito especial, eu já chamei a atenção aqui desta Tribuna e gostaria de repetir, porque hoje o que a gente assiste nesse Congresso Nacional, comandado pelo Cunha, do PMDB, desses todos que ficam aqui pousando de paladino da moralidade, e que não têm coragem de dizer por que, e que é uma interrogação que eu faço aqui, inclusive aos deputados que se arvoram tanto a serem paladinos da moralidade, porque o Moro não prendeu o Cunha, por que não investiga o Aécio e tantos outros aí da Oposição, denunciados comprovadamente os seus envolvimento na corrupção e nos seus modos incorretos de tocarem a sua vida política, e no entanto ninguém diz nada, a Imprensa está aí caladinha também fazendo a defesa deles.

Mas, eu acho que as mulheres, nesse Brasil, que conquistaram com muito esforço um espaço – o qual hoje podemos dizer ser muito grande se comparado a menos de 100 anos atrás, quando nós não tínhamos direito a nada, nem a votar, nem a escolher marido, nem a estudar. Hoje podemos dizer que as mulheres, realmente, estão em todos os espaços de poder, Presidente.

Mas, lutamos, neste momento, para dar um salto de qualidade, que é a questão da paridade, da equidade entre os gêneros. Vemos, hoje, a ameaça e o retrocesso batendo à nossa porta. O Congresso Nacional, hoje, com esta bancada dos 3 Bs, como temos dito por aí, está colocando em risco e ameaçando os direitos e as conquistas das mulheres.

Mas, nós estamos atentas. No Brasil, hoje, as mulheres se levantam contra essa postura. Nós assistimos a marcha das mulheres negras que também souberam fazer esse recorte importante na sua vida e na sua luta, porque são mais discriminadas do que as outras mulheres. Em Brasília, mais de 20 mil mulheres participaram daquele momento importante e vimos “os coxinhas” lá acampados na porta do Congresso Nacional, – inclusive, numa atitude criminosa porque a lei proíbe que se faça isso –, pedindo o retorno da ditadura militar, e fazendo aquele tipo de discurso do golpe contra a nossa Presidente Dilma.

No entanto, a reação e a postura daquelas mulheres, também fizeram com que o nosso Ministro da Justiça e a própria polícia parlamentar os expulsassem, já que não cabiam naquele espaço. E voltando a falar sobre essas ameaças que vivemos, eu queria que os deputados desta Casa gravassem o número desses projetos e fossem pesquisar o que eles realmente significam para a vida das mulheres.

O projeto de lei número 478, que está popularmente denominado de “Bolsa-estupro”, também chamado de estatuto do nascituro, é realmente uma provocação, um absurdo aos direitos da mulher. Nós não podemos permitir que isso aconteça. Precisamos, realmente, cuidar para que esse projeto não seja aprovado. Alguns já foram aprovados na Comissão de Constituição e Justiça, o que realmente seria um retrocesso muito grande para a vida das mulheres vítimas da violência. Não podemos aceitar que a vítima vire a criminosa e que, o algoz, o estuprador, o violentador fique por aí posando de porreta.

Um outro projeto que acho que podemos gravar para fazermos o repúdio a esse projeto em todos os momentos da nossa vida, é o PL 5069, todos os dois de autoria do Presidente da Câmara, o deputado Eduardo Cunha, que está aí todo metralhado, todo podre, com denúncias e comprovações dos seus atos incorretos, mas que, no entanto,

a justiça não tem coragem... A valentia do Moro deveria ser também para pegar o deputado Eduardo Cunha.

Então, deputado Bira Coroa, esse projeto 5069 é realmente um absurdo. Isso seria legalizar o estupro. Nós temos três situações nesse Brasil, desde a década de 40, de que o aborto é legal. É um outro tema tabu, também, que não se discute, não se fala, que tem todo um discurso evangélico contra esta prática. Mas, no Brasil, o aborto nessa situação de estupro é legal. O aborto na situação da mãe correr risco é legal. E o aborto para as crianças que estariam no útero da mãe, com a doença anencefalia, se não me engano, não sou muito boa dos termos da medicina.

E hoje o que vemos nesse projeto de Eduardo Cunha, é dificultar, e na prática, o que vai acontecer, realmente, é legitimar e banalizar o estupro e permitir que o estuprador fique numa boa, sem ter nenhum problema. Sabemos que é um crime, colocado na nossa lei como um crime hediondo, e não é possível que esse País, através do seu Congresso Nacional, aprove um projeto absurdo desse.

A marcha mundial das mulheres está no Campo Grande, em Brasília em vários Estados, em São Paulo, e outros mais. As mulheres já foram para a rua e vamos continuar indo para as ruas para exigir que o Congresso Nacional não aprove essa barbaridade, essa estupidez, essa violência contra as mulheres.

O Sr. Bira Corôa: - V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Com a palavra V.Ex^a para o aparte.

O Sr. Bira Corôa:- Deputada Luiza Maia, quero parabenizá-la pelo discurso da tarde de hoje. Estamos no final do novembro em que celebramos, na Bahia, no Brasil e, agora, no mundo, a Década Afrodescendente. Sem dúvida, ainda vivenciamos em pleno século XXI projetos de lei tão retrógrados quanto o que V.Ex^a se posiciona contrariamente, e tem o nosso apoio.

Queria dizer que na semana passada Brasília foi tomada pela nossa cor, pela nossa identidade racial, mais de 20 mil mulheres negras, que botaram para correr da porta do Congresso os remanescentes da burguesia que lá estão defendendo o retorno da Ditadura Militar, porque estão com saudades das benesses que recebiam, sob o expurgo da exploração da sociedade brasileira, especialmente da mulher.

Por isso quero-lhe parabenizar e dizer que o povo baiano e brasileiro não pode aceitar mais essa barbárie. V.Ex^a está de parabéns por trazer a esta Casa exatamente essa temática, essa discussão. Sem dúvida deverá ter a aprovação de todos os pares desta Casa.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Muito obrigada, deputado. Incorporarei o seu aparte ao meu discurso.

Por último, precisamos abrir a discussão do Estatuto da Família. A vida, a realidade não é o desejo das pessoas. Hoje desconhecer e ignorar outras formações de família que há no Brasil é uma barbaridade, um absurdo e é contrário a nossa Constituição que diz que todos têm os mesmos direitos, independente da cor, orientação sexual e outras coisas mais.

Concluindo, Sr. Presidente, queria registrar, num outro momento falarei mais, a nossa satisfação pelo governo da Bahia ter sido colocado em primeiro lugar em transparência. Já o nosso prefeito está em décimo nono lugar nessa questão. Agora ele

deveria refletir sobre o momento, porque é importante. Acho que o governador Rui Costa tem sido uma grata surpresa para todos nós, porque tem tido um trabalho que nos deixa orgulhosa.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o Líder da Maioria ou o Líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Zé Raimundo: - Falarão os deputados Alex Lima e Zé Raimundo, por 6 minutos cada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Alex Lima por 6 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Imprensa presente, funcionários desta Casa, ouvi atentamente na tarde de hoje diversos colegas parlamentares se revezando nesta tribuna para tratar dos graves problemas que o nosso País vem enfrentando. Em aparte ao pronunciamento do deputado Rosemberg, coloquei uma questão que acho que precisa, deputado Adolfo, ser debatida com o povo brasileiro. Não é possível que continuemos enganando esse povo de que o problema do nosso país consiste em retirar a presidente da República do poder e, com isso, todos os problemas estariam resolvidos.

Eu disse mais cedo de que não faria hoje, aqui, defesa do governo da presidente Dilma, do Partido dos Trabalhadores ou de quem quer que fosse. O que precisamos discutir e olhar nos olhos da população brasileira, deputado Paulo Câmara, é de que esse sistema político faliu. Esse modo de fazer política faliu há muito tempo. E nós, ao invés de enterrar esse defunto, estamos empurrando com a barriga como se a solução para os nossos problemas fosse cair do céu.

Deputado Luciano Ribeiro, o Congresso Nacional perdeu a grande chance, na história recente do país, de ir ao encontro da sociedade, ao encontro da população, e promover aquela que é, sem dúvida alguma, a mãe de todas as reformas que é a reforma política.

Não podemos mais fazer política neste país, deputado Herzem, com a disputa econômica, porque esse é o resultado do nosso sistema eleitoral, é a luta de quem arrecada mais contra quem arrecada mais, isso em todas as esferas, em todas as eleições. Desde a eleição para vereador no mais longínquo município da Bahia, à eleição para presidente da República, vemos uma total desmoralização, uma corrupção sistêmica e uma relação promíscua entre empresário, político, liderança política, partido. E não vai ser, deputado Luciano Simões Filho, traçando uma linha imaginária de quem é a favor do PT ou contra o PT que nós vamos enfrentar esses graves problemas. Não é dividindo o país, não é jogando muitas vezes contra o próprio país, porque não me venha dizer a oposição que votar pautas-bomba no Congresso Nacional é pensar no futuro do país.

Nós precisamos avançar. Nós precisamos encontrar um caminho, deputado Herzem, de união. Nós precisamos, sim, unir este país. Este país não pode continuar dividido.

Acho que o PT, no passado, cometeu diversos equívocos quando não esteve ao lado, em determinadas situações, deputado Rosemberg, das mudanças que trouxeram benefícios para o país. Acho que o PSDB se comporta da mesma forma hoje, porque não podemos esquecer, deputado Adolfo, (...)

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALEX LIMA:- (...) que a invenção da candidatura do deputado Eduardo Cunha foi bancada e sustentada pela Oposição até perceber que não tinha mais condição...

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte, por favor?

O Sr. ALEX LIMA:- Vou conceder o aparte a V.Ex^a com muito prazer. Estou só concluindo o meu pronunciamento.

Então a Oposição e parte da imprensa não podem fazer de conta que agora o governo está protegendo Eduardo Cunha porque foram eles da Oposição os maiores responsáveis pela ascensão do deputado Eduardo Cunha à presidência da Câmara dos Deputados.

O país está passando por uma grave crise e quem tem pago essa conta, presidente, é a população. Nós não podemos ficar estimulando essa coisa de quem está de um lado é um homem de bem, quem está do outro é ladrão e isso não existe. Nós temos anjos e demônios em todos os partidos políticos do Brasil. Mas eu repito: o que nós precisamos enfrentar é esse perverso e desmoralizado sistema político, é o sistema que permite que o PMDB seja oposição aqui e seja governo em Brasília, que o meu partido, PTN, seja oposição em Brasília e aqui seja governo. Não é possível que continuemos tolerando isso. Sabe por que, Sr^{as} e Srs. Deputados? Porque o resultado disso tudo, foi dito na tarde de hoje, o resultado disso tudo é uma rejeição, geral, irrestrita, suprapartidária a toda classe política deste país. Estão-nos jogando na mesma vala comum. Então ou nós vamos dar as mãos para encontrar um novo caminho para este país independente de questão político-partidária, ou vamos colocar, como estamos colocando em risco, as conquistas democráticas que demoramos anos e para construirmos neste país.

Este é o apelo que faço para toda classe política: vamos fazer o debate olhando no olho da população brasileira. Não podemos fazer de conta que a minha preferência ou a preferência de qualquer deputado aqui está acima de quaisquer que sejam os interesses da nação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pelos 6 minutos restantes, falará o deputado professor Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, eu também gostaria de fazer algumas considerações sobre esse discurso que tenta criminalizar o Partido dos Trabalhadores.

Entendo que nós estamos vivendo uma crise das instituições partidárias, do sistema eleitoral, do sistema político brasileiro, isso não é novidade para ninguém. Acho que a diferença entre nós começa em saber qual é o caminho para reformar, para transformar ou até para revolucionar esse sistema político.

Claro que o nosso partido, se tomarmos as nossas origens até hoje, muita coisa

mudou no comportamento, nas estruturas internas, no sistema de organização do nosso partido. E mudamos muito para fazer concessão, para buscar um caminho que pudesse reforçar a nossa política, mas também buscado aliados num outro campo. Eu e outros colegas deputados já colocamos isso aqui, talvez esteja aí o nosso erro, abrir, ser democrata, dialogar, aceitar parcerias como com o partido que hoje é majoritário no Congresso Nacional, que não é o PT, é o PMDB. Acreditávamos que o PMDB fosse, efetivamente, um parceiro fiel no plano da política, no plano da gestão do Estado, mas infelizmente não é o que está acontecendo.

Todos nós temos as nossas opções, mas não é justo que alguns deputados do PMDB venham dizer que o governo do PT é isso ou aquilo, quando o PMDB está lá, quando o PMDB se aproveitou e ainda está dirigindo o Congresso Nacional, na Câmara e no Senado, a vice-presidência e uma série de cargos.

Com esse episódio que aconteceu com o senador do nosso partido, uma coisa ainda meio nebulosa, sem querer discordar da sua vinda para o PT, ele tem origem no PSDB. Ele foi dirigente do PSDB, foi dirigente de estatais do PSDB. Talvez o nosso erro tenha sido aceitá-lo enquanto liderança política, mas a cúpula nacional aceitou, e ele prestou e vem prestando serviço, no plano do parlamento, em defesa do nosso governo, mas cometeu o erro dele, e ele que pague.

Agora, não dá para deputados ficarem trazendo esse tema de forma doutrinária. Ou traz esse tema sob o ponto de vista institucional, exigindo e defendendo reformas, exigindo e pactuando para reformarmos o Estado brasileiro, forçando, pressionando as instâncias decisórias para reformamos a estrutura político-partidária deste país, ou não adiante, não vamos mudar, porque não se pode falar de corda em casa de enforcado, pelo amor de Deus!

Esse episódio do Delcídio está lá. O presidente do senado, se não foi ele que indicou, como diz a imprensa, foi uma espécie de co-indicação do presidente do senado e do senador Delcídio do Amaral. Eles que assumam suas responsabilidades também nesse processo.

Qualquer jornalista pode acessar a prestação de contas de todos os deputados da Bahia, de todos os partidos. E vejam lá, na prestação de contas, se os deputados do DEM, se aqueles inclusive que presidiram, se não receberam recursos dessas empreiteiras ilegalmente. Receberam e prestaram contas.

Não podemos ter dois discursos, como disse o líder Rosemberg Pinto, do PT. Aqui está o dinheiro ruim, sujo, que vai para o PT, e aqui está o dinheiro limpo, da mesma fonte, que vai para os outros partidos. Isso não dá. Ninguém aqui é inocente, ninguém aqui é bobo ou idiota para entender que é uma má-fé, um jogo doutrinário, um jogo discursivo como parte da mídia. Eu nunca vi um amigo ser tão falado na história do jornalismo brasileiro como esse amigo de Lula agora! Lula tem tantos amigos, tantos amigos! Mas agora o amigo do Lula é só o ladrão, o picareta!

Por isso, Sr. Presidente, é necessária maturidade dos dirigentes políticos. Vamos fazer um debate para reformar o Estado, e também as Casas Legislativas, porque senão o povo vai passar por cima dessas instituições. O povo vai tocar fogo—eu já disse - no Parlamento, em Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e no Senado Federal.

Peço desculpas por não poder conceder o aparte, nobre deputado, porque o

tempo já se exauriu.

Para concluir, Sr. Presidente, esse é um tema, eu diria, sensível. Exige maturidade ao se tratar dele.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Democratas/PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Falará o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por todo o tempo falará o deputado Carlos Geilson. 11 Minutos. Pode marcar, por favor.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, nobre, ilustríssimo, íncito e egrégio presidente Adolfo Menezes, muito bem sentado nesta cadeira que lhe cabe muito bem, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu ouvi aqui atentamente a todos os discursos, e até fujo do meu tema inicial para dizer o seguinte: o que permeia a discussão é que o Partido dos Trabalhadores, quando na Oposição, se colocava como um partido puro, imaculado, o partido que estava acima do bem e do mal e que afirmava que nos outros partidos residiam todas as mazelas.

Mas, quando o PT assumiu o governo e apresentou um histórico de fraudes como nunca visto antes neste País, e essas fraudes e ilicitudes vieram à tona, o discurso mudou, “Mas no partido tal tem, no partido y tem. Isso sempre aconteceu na República.” Só que a realidade é que o Partido dos Trabalhadores é que vendeu para a sociedade um projeto que ele não conseguiu e jamais conseguiria colocar em prática, porque todos os partidos têm os malandros, têm os picaretas, têm os fraudadores. Eles estão em todos os partidos.

Agora, o que é que pesa mais sobre os ombros do PT? É que ele vendeu para a sociedade que era o partido que estava acima do bem e do mal. E é por isso que hoje a cobrança é muito mais incisiva, é muito mais dura, é muito mais radical. Foi com esse projeto que o Partido dos Trabalhadores persuadiu a sociedade brasileira. Nós vivemos num País que sempre esteve com os seus fatos na vida pública sendo marcados por políticos que macularam a história da nossa República. Sempre, sempre foi assim!

Mas nós temos de ressaltar que nem todos os políticos são iguais e que o próprio Partido dos Trabalhadores tem os bons políticos. Eu não vou aqui generalizar que por ser petista já traz na testa escrita a frase corrupto. Não chegaria a esse ponto. Mas lamento profundamente que a máscara caiu. O que foi plantado, divulgado para a sociedade não passou de um golpe de marketing. Não passou de ficção, não passou duma tentativa de ludibriar, enganar a sociedade.

Hoje estamos vivendo uma situação crítica na nossa República, com um governo que perdeu a sua legitimidade e tem de fazer acordo com a escória da política nacional, com o que tem de mais atrasado e corrupto. E o governo se alia, se apegando a isso como uma tábua de salvação para continuar no poder.

As nossas instituições estão contaminadas, os fatos vêm à tona! A classe política está na berlinda, jogada num paredão! E esta mesma sociedade que escolhe esses políticos, a corrupção deles é justamente fruto das suas bases. É lá, quando um

eleitor pede um saco de cimento! É lá, quando o político lhe paga um recibo de água e luz, que já se começa a pavimentar o caminho do corrupto. É a política do fisiologismo, é a política do assistencialismo! Não se julga o deputado na hora do voto pela sua performance no Parlamento. Julga-se o deputado assim: aquele que tem melhor poder econômico para comprar o voto, aquele político que tem por trás todo um esquema financeiro, dinheiro para chegar na cidade a, b, na cidade tal e investir no prefeito, no vereador, naquela liderança!

Então, o que esperar depois? Quando esses políticos que gastam muito chegam ao poder, de forma voraz querem retirar o que gastaram, o que investiram na campanha para se locupletar visando outras e outras disputas. Enquanto esse sistema estiver vigente no Brasil, nós vamos amargar infelizmente essas denúncias.

Não se julga o bom político. Ouço aqui de algumas raposas felpudas que quem usa tribuna todo dia tem dificuldade de se eleger, que o político que fica dentro de Parlamento tem dificuldade de se eleger. Nessa visão, ele tem de estar lá no campo fazendo mimo na liderança política. Ora, que mimo é esse?! Que forma de fazer mimo é essa?!

Meus queridos deputados, começo a perder as esperanças de que nós vamos passar por um processo de mudança. O Partido dos Trabalhadores poderia ser...

O Sr. Luciano Simões Filho:- Um aparte, nobre deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Darei com o maior prazer.

(...) essa tábua de salvação para fazer diferente de tudo o que já se fez. E aí é que assume o poder. Mas, pelo contrário, joga mais lenha na fogueira! Perdão. Joga mais lenha na corrupção. Então, estamos agora num beco sem saída.

O Sr. Alex Lima:- Deputado Geilson, quero um aparte. V.Exa. me concede?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Pois não, com prazer. V.Exa. está inscrito.

Onde vamos parar com esta situação?!

Quando ouço o discurso “Ah! Mas o Partido dos Trabalhadores também tem os seus erros, os seus equívocos e os seus pecados”, homem, o que mais me surpreende foi que vendeu um projeto—e não pode entregar à sociedade brasileira - de um governo limpo, transparente e austero!

Meu caro deputado Luciano Simões Filho, ouço-o com muito prazer.

O Sr. Luciano Simões Filho:- No *site* do Jornal *O Estado de São Paulo* consta agora, 18h14min lá - no caso, 17h14min aqui -, uma declaração do presidente nacional do Partido dos Trabalhadores: “PT não deve solidariedade a Delcídio.”

Menos de 24 horas atrás, Delcídio era o Líder do governo, e o presidente nacional do PT dá uma declaração destas! Gostaria que V.Exa. comentasse.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Pode ser apenas um jogo da mídia. Mas internamente pode estar trabalhando para tirar o companheiro do sufoco, ou melhor, da prisão.

Meu caro deputado Alex Lima, também tenho o prazer de ouvi-lo nesta tarde.

O Sr. Alex Lima:- Obrigado.

Quero me associar ao pronunciamento de V.Exa. Mas apenas chamar, deputado Carlos Geilson, a mais uma reflexão na tarde de hoje...

Eu quero me associar ao pronunciamento de V.Ex^a.

Gostaria, apenas, nesta tarde de hoje, de chamar a mais uma reflexão sobre o papel do Parlamento na vida da sociedade. Acho que ao longo do tempo... Não sou pessimista, porque acho que avançamos em diversos aspectos. Há, por exemplo, instituições sólidas hoje, que não havia no passado.

Mas quero chamar a atenção, deputado Carlos Geilson, para o papel do parlamentar. Acho que precisa acabar com essa mania, qual seja, para integrarmos determinado governo, nós precisamos dizer amém e concordar com tudo deste governo. Por outro lado, para ser oposição, há, também, de se acabar com a técnica de ser contra tudo e contra todos a determinado governo.

Como disse em meu pronunciamento, precisamos passar por uma reforma política de verdade. Infelizmente, percebo que o Congresso Nacional não tem autoridade moral para fazê-la. Não há outro caminho que não seja o da reforma política verdadeira.

Isso é, apenas, para contribuir com o debate com o intuito de provocar V.Ex^a que é um orador que nos inspira.

No entanto, quero lembrá-lo de que o senador Delcídio do Amaral ingressou na Petrobras durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e fazia parte de sua base de sustentação.

Isso é só para provar. Não estou fazendo a disputa política aqui. Estou dizendo isso para mostrar o quão é inconstante este sistema político brasileiro.

O Sr. CARLOS GEILSON:- V.Ex^a, ao tentar me alfinetar, reforça o meu discurso quando eu disse que as mazelas estão espalhadas por todos os partidos!

Ele deve ter sido um político que passou por lá e não se criou no PSDB. Tanto isso é verdade que ele acabou mudando de lado.

O xis da questão é que o Partido dos Trabalhadores vendeu um projeto à sociedade e não o entregou. Eis as características do projeto: austeridade, anticorrupção, administrar com muita segurança, com muito zelo e esmero os recursos públicos. Na verdade, nada disso aconteceu!

O governo se perdeu! E, cada vez mais, a presidente Dilma Rousseff tenta-se agarrar, com unhas e dentes, a um bote de salvação e alia-se, nesse bote de salvação, a tudo o que há de pior e existente na política nacional!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- A parte podre do PMDB está no governo. A parte do fisiologismo nacional está dentro do governo.

E se a presidente não se aliar, pode ser pior para ela, pois ela sabe que não tem mais o apoio da sociedade hoje. Digo isso porque se ela tivesse o apoio da sociedade brasileira e não tivesse faltado com a verdade na campanha, ela teria, certamente, o apoio do povo brasileiro e, seguramente, hoje, poderia para botar os corruptos para fora do seu governo!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Infelizmente, por não ter cumprido com a sua palavra, Dilma perdeu o apoio da sociedade e tem de se unir e tem de se juntar e tem

de estar no mesmo barco com a escória da política nacional.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, falarei por 6 minutos e o deputado Rosemberg Pinto falará por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Falarão, por 6 minutos, o deputado Paulo Rangele, pelos outros 6 minutos, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, inicio este discurso para registrar o falecimento do companheiro Elói Cerqueira, ex-diretor Direc-10 de Paulo Afonso. Ele era primo de César Lisboa, ex-secretário do governo e assessor. Esta foi uma morte que me machucou muito, porque fui grande amigo dele. Estive em Paulo Afonso para participar do seu sepultamento hoje.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, não podia me furtar do dever de entrar neste debate que, a meu ver, não pode se apequenar e não pode ser maniqueísta. Tem de ser um debate mais amplo que vá mais além do que eu vi colocado aqui.

Em meu entendimento, nós estamos assistindo no País, neste momento, não é ao estabelecimento de um golpe ao estilo dos golpes militares que já houve. Mas estamos assistindo a um golpe agudo e a um golpe surpreendente!

Sr. Presidente, o que está acontecendo, neste País e neste momento, deixa a classe política atônita, quer dizer, ao menos para aqueles que defenderam e lutaram pelo estabelecimento da democracia no País.

Estamos vendo o estabelecimento de um processo de força sendo empregado por parte do Poder Judiciário. Antes, se falava da punição a partir do fato concreto definido. Hoje, se fala do fato presumido.

Hoje, assistimos à prisão de um senador. Tal fato quebra toda uma sistemática discutida e aprovada em todas as casas legislativas deste País a partir das assembleias legislativas municipais, estaduais e federais, pois chegou ao Senado.

Um senador é preso a partir de uma visão: a visão do flagrante subjetivo ou do flagrante presumido! E o Poder Judiciário, através de uma medida de força, cala uma das casas que devia ser a casa do exemplo, que devia ser, talvez, a casa mais respeitada do País se nós nos apoiássemos inclusive nos ensinamentos gregos ao fazer com que a sociedade brasileira ou parte dela fique silente.

Sr. Presidente, este é um precedente muito sério! Isso, deputados, pode chegar até nós a qualquer momento. Digo isso até porque abre-se uma jurisprudência! E esta Casa Legislativa já esteve contrária à prisão de deputados teriam sido presos à época se não fosse o posicionamento desta Casa!

Mas nós entramos, agora, na discussão de quem é mais corrupto ou de quem é menos corrupto. Assim, assistimos a este tipo de arbitrariedade!

Não quero entrar neste discurso. Mas se fosse entrar, não existe nada mais absurdo neste País do que o que está acontecendo em relação ao presidente da

Câmara dos Deputados.

Não se tem empregado a força contra outros partidos que usaram da mesma sistemática de campanha como se emprega contra o Partido dos Trabalhadores!

Não posso admitir este tipo de prática! Não posso admitir isso! Vejam, se se estabelecer, realmente, no Brasil um processo investigatório sério e um processo investigatório feito desta forma investigando a vida de todos os partidos e de todos os parlamentares, haverá casa legislativa que fechará, deputado Tom. Fecha! Fecha! Se for empregada essa metodologia de força, não sei como faremos política neste País.

Portanto, Sr. Presidente, não quero prejudicar tampouco julgar os fatos.

Mas acho que o que aconteceu hoje preocupa, sim, a classe política e, principalmente, o Parlamento. Digo isto pois tenho de reconhecer que a esfera do poder político é a mais desgastada na sociedade hoje, deputado Adolfo. Estamos aqui batendo palmas, aplaudindo uma atitude que não poderia acontecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pelos 6 minutos restantes, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sras. e Srs. Deputados, Imprensa, eu me havia inscrito para falar, mas acabei usando o meu tempo para outro tema. Gostaria, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, fazer uma homenagem ao homem público que foi o ex-governador Lomanto Júnior, e me solidarizar aos seus familiares. A Bahia perdeu um homem que trabalhou com o olhar das pessoas do interior do Estado; era pessoa simples, comprometida com os interesses dos diversos municípios do Estado da Bahia. Sempre foi o seu slogan, sempre foi o seu comprometimento quando governador deste Estado. Por isso, ontem, eu, os deputados Zé Raimundo, Luciano Ribeiro e outros parlamentares fomos prestar nossa última homenagem ao ex-governador Lomanto Júnior. Quero deixar registrado o nosso pesar à sua família.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Com o aparte o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Deputado Rosemberg Pinto, gostaria de apartear para aderir às homenagens que V.Ex^a presta, neste instante, ao ex-governador Lomanto Júnior, pelo homem público que foi, mas a mim, particularmente, pelo municipalista que foi. Eu como municipalista, não poderia deixar de homenageá-lo.

Portanto, agradeço pelo aparte e peço que seja incorporado ao vosso discurso.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Incorpo as palavras do deputado Luciano Ribeiro. Tenho convicção de que os 63 deputados desta Casa sabem do comprometimento do ex-governador Lomanto Júnior com os municípios.

O deputado Paulo Rangel fez um debate. Acho, deputado Adolfo Viana, que precisamos fazer uma reflexão, nos próximos dias, sobre a política. Tínhamos uma comissão da reforma política que acabou perdendo a razão de ser, uma vez que foi votada a reforma política no Congresso Nacional, mas acho que deveríamos encontrar um espaço nas comissões para debatermos a política e a tentativa da sua

criminalização. Quero concordar com o pronunciamento do deputado Paulo Rangel. Não podemos permitir excessos.

Não me lembro quem falou que o Partido dos Trabalhadores não deve solidariedade ao senador Delcídio. como parlamentar. Nenhum presidente de partido pode obviamente estar atento aos parlamentares do seu partido. Pode discordar, mas nesse momento tem de fazer as suas reflexões.

É lógico que a pessoa física de Rosemberg Pinto, de Zé Raimundo e de qualquer parlamentar não é da responsabilidade de nenhum partido. O que falo, aqui, algumas vezes, é dos excessos.

Eu li todos os comentários, deputado Herzem Gusmão, sobre o que deve ou não deve um parlamentar fazer em situações parecidas com as que aconteceram com o senador Delcídio. O debate é jurídico, porque a Constituição é clara no que diz respeito à prisão dos senadores. A prisão só pode acontecer em flagrante. Pelas informações não há flagrante nessa questão. Não quero entrar no mérito dessa discussão, porque não sei das suas palavras, não ouvi as suas palavras e não sei quais foram as suas declarações. O que ouvi, até agora, foi pela imprensa.

Nós precisamos ter uma preocupação com a política, com os parlamentares, com as suas representações, porque não podemos ir para estados de exceção. Quem erra tem de pagar pelos seus erros, mas tem de pagar dentro das regras da legislação brasileira. Não pode haver excessos nessa questão. A lei vale para todos, a lei não pode ser benevolente para uns e cruel para outros. A lei tem de ser igual para todo mundo!

Estamos vivendo um momento em que, me parece, a lei só está com o olhar apenas para o Partido dos Trabalhadores. Ela precisa ter o olhar para todos, porque não apenas o Partido dos Trabalhadores, mas todos os outros partidos tiveram o financiamento de campanha. Não de pode achar que o PT recebeu da parte podre das empresas e os outros partidos da parte santa das empresas.

Essa é a questão que coloco aqui. Acho que temos de encontrar algum momento, algum local para fazer esse debate sem a emoção, mas com a responsabilidade. Temos entender que nós passamos, mas a política precisa continuar, porque só ela é capaz de resolver os problemas da sociedade humana.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Ordem do Dia. Srs. Deputados, existe sobre a Mesa o Projeto de Lei nº 21.532/2015, cujo relator é o deputado Rosemberg Pinto. Designo V.Ex^a para ler a matéria.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu já li, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Mas foi mudado. V.Ex^a não quer?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Posso ler, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, esse parecer, na realidade, eu já li no Plenário. Deputado Luciano Ribeiro, eu li o parecer e combinei, à época, com o Líder em exercício, o deputado Sandro Régis, na presença do deputado Pablo Barrozo, que leríamos aqui, mas que poderíamos fazer um ajuste para beneficiar. Existia uma emenda do deputado Luiz Augusto que, na minha opinião... Nós lemos para fazer o detalhamento.

Para ficar bem transparente, gostaria de ler qual foi efetivamente o ajuste. Quando se falava do pagamento das taxas, o artigo 4º, deputado, ficou o seguinte... O recolhimento das taxas estava colocado no momento em que dava entrada no projeto. Então, ficou a seguinte redação: “O recolhimento das taxas, previstas no item 6.1 e nos subitens do Anexo II desta Lei, será 50% antecipado e 50% no momento em que ficar deferida a licença.” Ou seja, o ajuste foi no sentido de beneficiar o empreendedor no momento da solicitação da licença.

A outra questão diz respeito a área da Região Cacaueira que foi questionada por diversos deputados porque havia uma mudança no bioma da Mata Atlântica que passa de R\$ 1.000,00 para R\$ 10.000,00 a partir de 100 hectares. Nós, então, fizemos as seguintes alterações: até 50 hectares R\$ 500,00; por área pleiteada entre 50 e 100 hectares R\$ 1.000,00; por área pleiteada entre 100 e 250 hectares R\$ 3.000,00; de 250 a 500 hectares R\$ 10.000,00 e o restante ficou mantido conforme o projeto original. Foram essas as únicas alterações. Os ajustes, na realidade, foram feitos na redação conforme o combinado na sessão anterior.

Para não repetir, passarei para a taquigrafia o parecer na íntegra para que o mesmo possa ser anexado conforme leitura da sessão anterior, com esses dois ajuste apresentados hoje.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Agricultura e Política Rural, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos e Finanças Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.532/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual” altera a Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009’.*

Apresenta, à apreciação da Assembleia Legislativa, o Exmº Sr. Governador do Estado, o projeto que ora passo a relatar, propondo alterações na Lei nº 11.631/2009, que dispõe sobre as taxas estaduais no âmbito do Poder Executivo.

A proposição tem por objetivo a atualização dos valores 'relativos às taxas referentes ao exercício do poder de polícia, prestação de serviços e análise dos processos de licenciamento e autorização ambiental', segundo registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem, na qual destaca a alteração dos critérios de estipulação do valor das taxas, 'ao considerar, além do tamanho das áreas, a sua localização nos Biomas Mata Atlântica, Caatinga ou Cerrado.'

O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria da Bancada da Oposição, propondo a supressão do art. 2º, que altera o Anexo II da Lei nº 11.631/2009, o qual versa sobre as taxas pela prestação de serviços de vistorias para subsidiar a elaboração de pareceres técnicos necessários à emissão de autorizações, anuências, aprovações, créditos, reconhecimentos e outros atos referentes à: empreendimentos em Unidades de Conservação ou no entorno; supressão de vegetação; alteração de uso do solo; plano de corte, averbação de reserva legal; plano de manejo florestal;

aproveitamento de material lenhoso; queima controlada; levantamento circunstanciado; prorrogações, renovações e alterações com vistoria (por solicitação).

Argumentam os Autores que a criação das taxas para os Biomas Caatinga e Cerrado, nos valores propostos, inibem a implantação de novos projetos agrícolas ou pecuários, em regiões sensíveis, particularmente, no Bioma da Caatinga, que se constituiu na região mais pobre do Estado e cujas dificuldades climáticas por si só já constituem empecilho ao desenvolvimento agropastoril da região, além do que a criação das exações trazem pouca repercussão na situação financeira do Estado e se configura em entrave ao desenvolvimento destas regiões. Opino pela rejeição da emenda, considerando que as referidas taxas, instituídas pela Lei nº 11.631/2009, têm como fato gerador a prestação, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, na área do Poder Executivo, cujo sujeito passivo é todo empreendedor ou empreendimento que seja submetido à análise, fiscalização e vistoria pelo órgão ambiental.

Nestes termos, assevera-se que o projeto em comento buscou, unicamente, a atualização dos valores das supracitadas taxas, em face do decurso de tempo desde sua formalização, estabelecendo a distinção entre os valores, com base no tipo de ato, do Bioma e da área relativa ao empreendimento/ atividade, fatos que influenciam, diretamente, nos custos necessários à análise, fiscalização, vistoria e manifestação do órgão ambiental.

Por fim, venho, na condição de Relator, apresentar as seguintes emendas ao projeto, recomendando que na redação final se faça o devido ajuste na ementa:

Emenda de Relator nº 1 - Acrescenta art. 3º ao projeto, renumerando o atual, com a seguinte redação:

'Art. 3º—A Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, passa a vigorar com os seguintes acréscimos e modificações:

'Art. 19. [...]

Parágrafo único - Fica permitido ao órgão executor da política ambiental do município, que possua conselho de meio ambiente, o licenciamento de empreendimentos e atividades que compreenda as faixas terrestres e marítimas da zona costeira, a exceção dos casos previstos por ato do poder executivo federal, definidos na Lei Complementar nº 140 de 2012, na área urbana”.

.....
'Art. 139. [...]
.....

§2º - Fica delegado ao órgão executor da política ambiental do município, que possua conselho de meio ambiente, a prática dos atos administrativos, desde que cumpridos os requisitos, como previstos no § 2º do art. 14 da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, nos processos de licenciamento ambiental de impacto local e autorização de supressão de vegetação nativa para todos os estágios de regeneração da Mata Atlântica, na área urbana.'

Emenda de Relator nº 2 - Acrescenta o art. 4º ao projeto, com a seguinte redação:

'Art. 4º - O art. 18 da Lei nº 11.612, de 8 de outubro de 2009, passa a vigorar acrescido do § 6º, com a seguinte redação:

'Art. 18. [...]

.....

§ “6º- Estão dispensadas de outorga de água as barragens para acumulação menores que 200.000m³.”

Emenda de Relator nº 3 – Acrescenta o art. 5º ao projeto, com a seguinte redação:

'Art. 5º - A Lei nº 11.631, de 30 dezembro de 2009, passa a vigorar acrescida, no Capítulo VI, do art. 9º-A, com a seguinte redação:

'Art. 9º-A - O órgão ambiental competente, recebido requerimento acompanhado com as guias de recolhimento das taxas previstas nesta Lei, poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LP, LI, LO), em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observando o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar do ato de protocolar o requerimento até o seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de 12 (doze) meses.

§1º A contagem do prazo previsto no caput deste artigo será suspensa durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos pelo empreendedor, requeridos pela autoridade ambiental em despacho fundamentando jurídica e tecnicamente.

§2º Os prazos estipulados no caput poderão ser alterados, desde que justificados e com a concordância do empreendedor e do órgão competente

§3º ocorrida a prorrogação prevista no §2º, o servidor responsável pela análise deverá analisar o requerimento prioritariamente a todos os demais trabalhos e atividades, assim que recebidos os complementos e/ou esclarecimentos.

§4º O recolhimento das taxas prevista no item 6.1 e subitens do Anexo II desta Lei terá 50% antecipados, cuja guia deverá ser apresentada junto com o respectivo requerimento, devendo o remanescente 50% ser recolhido até a retirada da licença ou outro ato administrativo vinculado, podendo ser retido até a comprovação do recolhimento.

Emenda de Relator nº 4 – Altera o art. 2º do projeto, modificando a redação dada ao Anexo II da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, item 6.1.1.1 - No Bioma Mata Atlântica, passando a vigorar a seguinte redação:

6.1.1.1 No Bioma Mata Atlântica	Valor em Real
<i>Por área pleiteada inferior a 50 há</i>	<i>R\$ 500,00</i>
<i>Por área pleiteada superior ou igual a 50,01 ha e inferior a 100 há</i>	<i>R\$ 1.000,00</i>
<i>Por área pleiteada superior ou igual a 100,01 há e inferior a 250 ha</i>	<i>R\$ 3.000,00</i>

<i>Por área pleiteada superior ou igual a 250,01 e inferior a 500 há</i>	<i>R\$10.000,00</i>
<i>Por área pleiteada superior ou igual a 500, 01 ou inferior a 1000 há</i>	<i>R\$ 20.000,00</i>
<i>Por área pleiteada superior ou igual a 1000,01</i>	<i>R\$50.000,00</i>

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade aos requisitos exigidos de legalidade e constitucionalidade, opino pela sua aprovação com as modificações introduzidas pela emenda de Relator.”

É esse o parecer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Em votação, no âmbito das comissões, o parecer do nobre relator Rosemberg Pinto.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Nobre Presidente, eu tenho o voto de vista a ser apresentado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Ele pediu vista e está com o voto para ser apresentado

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Simões Filho para leitura do voto em separado.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Obrigado, Sr. Presidente.

(Lê) “VOTO EM SEPARADO

PROJETO DE LET No 21.532/2015 - que 'Altera a Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009.'

O presente projeto, altera a Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, majorando os valores das taxas ali disciplinadas, bem como, cria novas hipóteses de incidências das referidas taxas.

Contudo, a percepção geral é a de que com esse novo regramento, estará o Estado criando exação financeira a sujeitos passivos já penalizados com a aridez do clima.

No seu art. 1º, o projeto majora as taxas criadas em 2009 em cerca de 400% (quatrocentos) por cento, no que se constitui em aumento abusivo. Vale ressaltar que as taxas, na condição de espécie de tributo, tem seu fato gerador vinculado, geralmente ao Poder de Polícia do Estado, objetivando ressarcir o ente Público dos custos da atividade de com o serviço público. Com o referido aumento, em mais de 400%, evidentemente, o Estado não está pretendendo a recomposição dos custos da atividade do Poder de Polícia, mas angariar recursos indevidos.

A bancada de oposição apresentou emenda ao referido projeto, visando assegurar a retirada da tabela (ANEXO II) proposta para Vistoria Ambiental nos Bioma Mata Atlântica, no Bioma Caatinga e no Bioma Cerrado nas seguintes situações: subsidiar elaboração de pareceres técnicos necessários à emissão de Autorizações, Anuências, Aprovações, Créditos, Reconhecimentos e outros atos, referentes a: Empreendimentos em Unidades de Conservação ou no entorno; Supressão de Vegetação; Alteração de Uso do Solo; Plano de Corte; Averbção de

Reserva Legal; Plano de Manejo Florestal; Aproveitamento de Material Lenhoso; Queima Controlada; Levantamento Circunstanciado; Prorrogações, Renovações e Alterações com vistoria”, em função preservar o interesse dos Produtores Rurais, seja ele Pequeno, Médio ou Grande, face a valores de verdadeiro confisco dos imóveis rurais, além de, ser da maior importância uma ampla e consequente debate junto a todos interessados.

Outrossim, a criação das taxas para os biomas Caatinga e Cerrado, nos valores propostos inibem a implantação de novos projetos agrícolas ou pecuários, em regiões sensíveis, principalmente, no Bioma da Caatinga que se constitui na região mais pobre do Estado, e cujas dificuldades climáticas por si só já é empecilho ao desenvolvimento agropastoril daquela região.

A criação das exações, além da pouca repercussão na situação financeira do Estado, se configura em grave entrave ao desenvolvimento destas regiões, carentes de investimentos do setor privado e público.

Por fim, Sr. Presidente, o voto em separado é no sentido de votar contra o projeto em sua totalidade por ferir direitos e princípios dos cidadãos.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado Luciano.

Em votação, no âmbito das Comissões, o parecer do relator Rosemberg Pinto. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado no âmbito das Comissões.

No Plenário. Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 21.532/2015, procedência do Poder Executivo. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado com os votos contrários dos deputados Tom Araújo, Adolfo Viana, Luciano Ribeiro, Luciano Simões, Fábio Souto, Hildécio Meireles, Pablo Barroso, Alan Sanches; Herzem Gusmão, Sidelvan Nóbrega, Carlos Geilson, José de Arimatéia.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 21.532/2015

Altera as Leis nºs 11.631, de 30 de dezembro de 2009, 10.431, de 20 de dezembro de 2006 e 11.612, de 08 de outubro de 2009.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Os itens e subitens, abaixo indicados, do Anexo I da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

“ANEXO I
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA
(previsto no art. 1º, inciso I da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009)

Classificação	HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA	Valores em Real (R\$)
5.2	EMIÇÃO DE DOCUMENTO FLORESTAL	
5.2.1	Autorização referente à: Supressão de Vegetação; Alteração do Uso do Solo; Plano de Manejo Florestal; Projeto de Florestamento ou Reflorestamento; Aproveitamento de Material Lenhoso, inclusive proveniente de árvores mortas; Uso do Fogo / Queima Controlada; Uso e Porte de Motosserra; Certidões; Prorrogações, Renovações e Alterações sem vistoria (por solicitação)	R\$ 250,00
5.2.2	Anuência prévia em unidades de conservação ou entorno	R\$ 250,00
5.2.3	Autorização Florestal para Emissão de Nota Fiscal – AFNF	R\$ 200,00
5.2.4	Aprovação de localização de Reserva Legal inserida no próprio imóvel ou Servidão Florestal	R\$ 200,00
5.2.5	Aprovação de localização de Reserva Legal mediante Condomínio ou Compensação de Área em outro imóvel	R\$ 200,00
5.2.6	Reconhecimento de Crédito de Reposição Florestal obrigatória	R\$ 250,00
5.2.7	Reconhecimento / Criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN	R\$ 250,00

"

Art. 2º - Os itens e subitens, abaixo indicados, do Anexo II da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

“ANEXO II
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO PODER EXECUTIVO
(previsto no art. 1º, inciso II da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009)

Classificação	Classificação	HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA
6.1 Valores em Real (R\$)	VISTORIAS	
6.1.1	Para subsidiar elaboração de pareceres técnicos necessários à emissão de Autorizações, Anuências, Aprovações, Créditos, Reconhecimentos e outros atos, referentes a: Empreendimentos em Unidades de Conservação ou no entorno; Supressão de Vegetação; Alteração de Uso do Solo; Plano de Corte; Averbação de Reserva Legal; Plano de Manejo Florestal; Aproveitamento de Material Lenhoso; Queima Controlada; Levantamento Circunstanciado; Prorrogações, Renovações e Alterações com vistoria (por solicitação)	
6.1.1.1	No Bioma Mata Atlântica	
6.1.1.1.1	Por área pleiteada inferior a 50 há	R\$ 500,00
6.1.1.1.2	Por área pleiteada superior ou igual a 50,01 ha e inferior a 100 ha	R\$ 1.000,00
6.1.1.1.3	Por área pleiteada superior ou igual a 100,01 ha e inferior a 250 ha	R\$ 3.000,00
6.1.1.1.4	Por área pleiteada superior ou igual a 250,01 ha e inferior a 500 ha	R\$10.000,00
6.1.1.1.5	Por área pleiteada superior ou igual a 500, 01 ou inferior a 1000 há	R\$ 20.000,00
6.1.1.1.6	Por área pleiteada superior ou igual a 1000,01 ha	R\$50.000,00
6.1.1.2	No Bioma Caatinga	
6.1.1.2.1	Por área pleiteada inferior a 3.000 há	R\$ 1.000,00
6.1.1.2.2	Por área pleiteada superior ou igual a 3.000 ha e inferior a 10.000 ha	R\$ 10.000,00
6.1.1.2.3	Por área pleiteada superior ou igual a 10.000ha	R\$ 50.000,00
6.1.1.3	No Bioma Cerrado	
6.1.1.3.1	Por área pleiteada inferior a 3.000 há	R\$ 1.000,00

6.1.1.3.2	Por área pleiteada superior ou igual a 3.000 ha e inferior a 10.000 ha	R\$ 10.000,0
6.1.1.3.3	Por área pleiteada superior ou igual a 10.000ha	R\$ 50.000,00
6.1.1.4	Por área pleiteada superior ou igual a 20 ha, desde que integrante do Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF, do Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente – FNE VERDE, ou Programas de Reforma Agrária (todos)	R\$ 500,00

Art. 3º - A Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, passa a vigorar com os seguintes acréscimos e modificações:

“Art. 19. [...]”

Parágrafo único - Fica permitido ao órgão executor da política ambiental do município, que possua conselho de meio ambiente, o licenciamento de empreendimentos e atividades que compreenda as faixas terrestres e marítimas da zona costeira, a exceção dos casos previstos por ato do poder executivo federal, definidos na Lei Complementar nº 140 de 2012, na área urbana”

.....
“Art. 139. [...]”

.....
§2º - Fica delegado ao órgão executor da política ambiental do município, que possua conselho de meio ambiente, a prática dos atos administrativos, desde que cumpridos os requisitos, como previstos no § 2º do art. 14 da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, nos processos de licenciamento ambiental de impacto local e autorização de supressão de vegetação nativa para todos os estágios de regeneração da Mata Atlântica, na área urbana.”

Art. 4º - O art. 18 da Lei nº 11.612, de 8 de outubro de 2009, passa a vigorar acrescido do § 6º, com a seguinte redação:

“Art. 18. [...]”

.....
§ “6º - Estão dispensadas de outorga de água as barragens para acumulação menores que 200.000m³.”

Art. 5º - A Lei nº 11.631, de 30 dezembro de 2009, passa a vigorar acrescida, no Capítulo VI, do art. 9º-A, com a seguinte redação:

“Art. 9º-A - O órgão ambiental competente, recebido requerimento acompanhado com as guias de recolhimento das taxas previstas nesta Lei, poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LP, LI, LO), em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para

a formulação de exigências complementares, desde que observando o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar do ato de protocolar o requerimento até o seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de 12 (doze) meses.

§1º - A contagem do prazo previsto no *caput* deste artigo será suspensa durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos pelo empreendedor, requeridos pela autoridade ambiental em despacho fundamentado jurídica e tecnicamente.

§2º - Os prazos estipulados no *caput* poderão ser alterados, desde que justificados e com a concordância do empreendedor e do órgão competente.

§3º - Ocorrida a prorrogação prevista no §2º, o servidor responsável pela análise deverá analisar o requerimento prioritariamente a todos os demais trabalhos e atividades, assim que recebidos os complementos e/ou esclarecimentos.

§4º - O recolhimento das taxas prevista no item 6.1 e subitens do Anexo II desta Lei terá 50% (cinquenta por cento) antecipados, cuja guia deverá ser apresentada junto com o respectivo requerimento, devendo o remanescente 50% (cinquenta por cento) ser recolhido até a retirada da licença ou outro ato administrativo vinculado, podendo ser retido até a comprovação do recolhimento.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2015.

Deputado Rosemberg Pinto

Relator

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Portanto aprovada a matéria.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, apenas para registrar que no projeto consta uma emenda de minha autoria, mantendo o valor para supressão de vegetação, para uma área inferior a 50 hectares, que são sobretudo os beneficiários da Agricultura Familiar, do Pronaf, os assentados, enfim, a população de menor poder aquisitivo que teria uma majoração na taxa. Quero registrar para que conste em ata que essa emenda também foi aprovada, permanecendo o valor original para esses beneficiários, para esses usuários.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- O deputado Alex sugere uma modificação a um projeto que foi emendado, mas não foi lido.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- O projeto já foi votado.

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente, entenda: o deputado Rosemberg leu de uma

maneira, o deputado Alex aponta uma modificação para que seja aprovada aqui de maneira diferente. Eu quero saber se serão R\$ 500,00 ou R\$ 250,00, como diz o deputado?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado, foi aprovada a matéria do relator Rosemberg Pinto.

O Sr. Adolfo Viana:- Não, não, não. Sr. Presidente, deputado Rosemberg Pinto, eu quero saber se serão R\$ 500,00 ou R\$ 250,00?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, eu fiz a redação, as emendas que foram apresentadas aqui e não atentei para essa questão. Na realidade, foi um erro de digitação e realmente ficou o valor de R\$ 250,00. E quando eu li, Sr. Presidente, não li o anexo.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Sidelvan.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é que esta Casa precisa ter uma certa cautela com os projetos que estão sendo aprovados.

Sr. Presidente, eu gostaria que V.Ex^a prestasse atenção no que estou falando.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado Sidelvan.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Esta Casa precisa ter um cuidado na questão das redações dos seus projetos. Não podemos aprovar uma coisa e o projeto, na redação, ser outra.

Portanto, eu peço a V.Ex^a que suspenda a sessão, pelo menos por 10 a 15 minutos, para que cheguemos a um acordo, porque esta Casa precisa ter uma certa coerência com seus projetos, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- A minha questão de ordem é a seguinte: quando eu li fiz as alterações, e no anexo era para retirar da agricultura familiar, em vez de R\$ 500,00, R\$ 250,00. Então, foi um erro de digitação. Quero ponderar com os meus colegas aqui se obviamente se puder...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a pode retificar de acordo com os líderes.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Posso retificar, exatamente. Se não, fica mantido o projeto que li.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Adolfo, veja bem, o relatório...

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Inclusive, houve um erro mesmo. Houve um erro na hora da redação feita aqui. Peço apenas à Oposição, deputado Adolfo, a deferência porque

tenho certeza de que, nessas horas, às vezes estamos nas disputas que são normais no processo legislativo. Mas o deputado Rosemberg está tendo a humildade de dizer que houve um equívoco no valor – R\$250,00 é muito.

Então, estou pedindo isso a V. Ex^{as}. Faremos também se for por acordo; caso contrário, fica tranquilo.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu particularmente defendo a taxa de R\$250, 00. O que compreendo é que não haja aumento, porque, quando foi lido pelo deputado Rosemberg, aumentou-se a taxa para R\$500,00. Acho que deve permanecer em R\$250,00. O relatório foi lido. O que precisa agora é ver como isso funciona.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não tem nenhum problema. São R\$250,00.

O Sr. Adolfo Viana:- Temos que ouvir a Bancada. Temos o Líder, deputado Pablo Barrozo, que é o deputado em exercício. Temos que ouvir a liderança.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, vou submeter ao plenário, em votação, o Requerimento do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

“Requeiro, nos termos do artigo 89, parágrafo 1 do Regimento Interno, a prorrogação da presente sessão, pelo tempo de 600 minutos com o objetivo de apreciar as matérias constando na ordem do dia.

Sala das sessões, 25 de novembro de 2015.”

Aprovado.

Srs. Deputados, a sessão está suspensa por 5 minutos.

Continuação da interrupção da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, vou colocar em votação o parecer do nobre relator...

Deputado Luciano Ribeiro, houve acordo?

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Estou ao lado do meu conterrâneo Zó, recebendo, junto com ele, uma notícia que é muito boa para o Estado da Bahia: chove forte...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Um momento que o deputado Adolfo Viana está com a questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Adolfo Viana:- Segundo a informação que chega ao celular do deputado Zó, chove forte em Barreiras, Paratinga, Bom Jesus da Lapa...

O Sr. Zó:- Norte de Minas... vai ter fartura de peixe, vai ter cari para a gente comer, vai ter bode gordo... Estamos alegre, eu e o deputado Adolfo Viana, Oposição e Situação muito alegres com a chuva, iguais a bode.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Desejo a vocês que a chuva seja...

Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, até que se coloque em votação, qualquer relatório pode ser modificado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com acordo... já foi votado...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não, não, não, não. Presidente, sou o relator da matéria...

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Foi votado e a Bancada...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não, não foi votado ainda.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Já foi votado, inclusive o projeto, deputado Rosemberg.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Foi votado com os votos contra da Oposição. Claro que foi votado.

O Sr. Pablo Barrozo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, o projeto já foi votado, não se modifica a não ser com acordo de líderes. Ponto final.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Sr. Presidente, a minoria se reuniu e nós, que votamos contra essa taxa abusiva e esse aumento que entendemos como abusivo de até 400% em algumas taxas... É bom ficar claro que toda a Oposição votou contra esse aumento e esse projeto, deputado Rosemberg, nós já votamos e foi aprovado por maioria. Nós respeitamos essa votação. A Minoria propõe aqui, através de uma emenda – e, aí, caso o Líder do governo e seus deputados aceitem –, uma emenda pedindo a isenção dessa taxa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- O projeto, deputado Pablo Barrozo...

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, sou relator do projeto e gostaria de que o projeto, já que foi votado, seja sacramentado da forma como foi lido.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, apenas para encerrar essa discussão, o projeto já foi votado. O que eu queria da Oposição... Ficou claro, para mim e para o deputado Rosemberg, que foi apenas um erro de digitação do projeto, mas já que a Oposição não concorda que a agricultura familiar do Estado tenha uma taxa reduzida, o projeto é encaminhado. (Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.) (Tumulto no Plenário.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Nós estamos aqui, presidente, fazendo aquilo que é o nosso dever: cumprir a lei, cumprir o Regimento. Não estamos aqui para ser submetidos a pressão de qualquer parlamentar. Podemos até, de acordo com a nossa consciência, fazer acordos. Não fomos nós que votamos favoráveis a esse projeto com o aumento das taxas! Não pode agora um parlamentar, ainda que ele esteja bem-intencionado, querer pressionar a Oposição, que é livre e tem sido livre durante todo

este ano no Parlamento, sob o frágil argumento de que ele quer atender às suas bases, aos agricultores da agricultura familiar, de que a Oposição está contra a diminuição das taxas.

A verdade tem que ser dita e tem que ficar registrada nos Anais desta Casa. A Oposição votou em peso, discutiu, apresentou emendas contra qualquer aumento das taxas, não só dessa. Não pode agora, depois de o projeto aprovado, reconhecendo que extrapolou e aumentou as taxas, querer dar uma de bonzinho, dizer que quer diminuir e a Oposição não quer. Portanto, que seja restabelecida a verdade neste caso, e a Oposição, mais uma vez, reafirma que não será submetida a pressão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): -V.Ex^a está coberto de razão, deputado Luciano.

O Sr. Adolfo Viana: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana: - Sr. Presidente, o que ficou claro neste momento para mim, Sr. Presidente, é que o governo acaba de reconhecer que pesou na mão do projeto, que sobretaxou demais a população, e aí tenta fazer um acordo para reduzir. Nós topamos fazer um acordo para reduzir, agora, não nos moldes que eles pedem. Eles já começam, com essa declaração, a reconhecer que pesaram nas taxas que vão agora ser cobradas para a população.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Próximo projeto. Em votação o parecer do nobre relator Joseildo Ramos no âmbito das comissões. O deputado Hildécio pediu vista, vai ler o voto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles para ler o seu voto em separado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou ler aqui o voto em separado ao “PROJETO DE LEI Nº 21.474/2015, que 'Institui o Plano Plurianual Participativo – PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2016-2019'.

Autor: PODER EXECUTIVO

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto na Constituição Federal, que estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para um período de quatro anos. Organiza as ações do governo em programas que resultam nos bens e serviços para a população, buscando o desenvolvimento do país. É aprovado por lei quadrienal, tendo vigência do segundo ano de um mandato majoritário até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Segundo a Constituição do Estado do Bahia o PPA 'estabelecerá, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.'

Neste sentido, cabe ao Poder Executivo a iniciativa de propositura do Projeto de Lei, entretanto, é prerrogativa da Assembleia Legislativa da Bahia o aperfeiçoamento dessa proposta. Nesse diapasão foram apresentadas 17 emendas de parlamentares e de bancada e 59 emendas de relator, o que demonstra o empenho desta Casa em contribuir com o Executivo Estadual na busca da melhoria do

planejamento nas ações e metas estabelecidas.

RELATÓRIO

O Excelentíssimo Governador do Estado da Bahia apresentou à Assembleia Legislativa o incluso Projeto de lei tombado sob nº 21.474/2015, que 'institui o Plano Plurianual Participativo – PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2016-2019'. Coube ao Deputado Joseildo Ramos a missão de relatá-lo, o que foi feito na forma do parecer que consta dos autos, onde desempenhou relevante contribuição na forma das 59 emendas de relator apresentadas. Ressalta-se que de forma minuciosa opinou pela alteração do texto original consertando-o em suas falhas e omissões. Entretanto, o nobre relator relegou à rejeição importantes colaborações de parlamentares consubstanciadas em 17 emendas, que analisaremos a seguir: O parecer apresentado pelo relator, apesar da análise minuciosa da matéria e das louváveis correções do texto original, ao logo das 59 emendas de relator apresentadas, melhorando-o sobretudo no seu aspecto formal, deixou de considerar importantes contribuições advindas das emendas abaixo citadas:

I -A Emenda nº 10/2015, de autoria da LIDERANÇA DE OPOSIÇÃO, foi muito feliz ao trazer à proposta do PPA comando constitucional que deve estar previsto no texto do Projeto de Lei nº 21.474/2015. Esta emenda Pretende alterar o Art. 7º para prever, na gestão do PPA, a aplicação dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, norma basilar que o administrador público, em todas as instâncias e competências, deve observar.

A Emenda nº 10/2015, visa também conferir clareza ao texto do Projeto de Lei nº 21.474/2015, além de garantir o cumprimento da Constituição Federal/88, no que diz respeito ao preceito do Art. 165, onde institui que o PPA é um instrumento governamental de médio prazo, tendo vigência do segundo ano de um mandato majoritário até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Nele constam, detalhadamente, os atributos das políticas públicas executadas, tais como metas fiscais e financeiras, público alvo e produtos a serem entregues à sociedade.

Ainda no dizer da justificativa do autor da presente Emenda, o Plano Plurianual – PPA tem como princípios básicos:

Identificação clara dos objetivos e prioridades do governo;

Identificação dos órgãos gestores dos programas e unidades orçamentárias responsáveis pelas ações governamentais;

Organização dos propósitos da administração pública em programas; -
Integração com o orçamento;

Transparência

Conclui deduzindo que a gestão do PPA terá que seguir as normas gerais da administração pública, objetivando na gestão a transparência, impessoalidade, economicidade e eficiência.

Entretanto, ao apreciar a Emenda nº 10/2015, o relator a aprovou em parte. Excluiu elementos que efetivam a previsão constitucional. Ademais a vigência do PPA, como informado, é por quatro anos, pois é conferido ao gestor do mandato majoritário, a prerrogativa de elaborar a proposta de planejamento para vigorar a partir do segundo ano do seu mandato, portanto, o texto constitucional lhe conferiu uma

autonomia que deve ser preservada.

Desta forma, opino pela aprovação da Emenda nº 10/2015, rejeitando, por conseguinte, a Emenda do Relator nº 58.

II - Em que pese o relator ter acolhimento em parte a Emenda nº 11/2015, de autoria da Liderança de Oposição, esta deve ser aprovada na íntegra vez que pretende atender à necessidade de um melhor aprimoramento do sistema de monitoramento e avaliação do PPA, como justifica o autor.

Inferre ainda, o autor, como motivo e relevância para aprovação da presente emenda, achados do Relatório do Parecer Prévio das contas de governo do Executivo Estadual de 2014, exarado pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE, com relação à avaliação e monitoramento do PPA 2012-2015, onde a Conselheira Relatora apontou que não foram apresentados indicadores e resultados claros e específicos, afirmando:

Indefinição dos valores anuais a serem alcançados pelas Metas dos Compromissos dos Programas. O não dimensionamento, por exercício, das Metas estabelecidas, impossibilita que seja avaliada a operacionalização anual do Plano Plurianual. Compromete também a verificação e o compromisso estabelecido para os quatro anos, a correta execução das ações e a mensuração dos resultados.'

Baixa qualidade dos indicadores do PPA. Os indicadores publicados no PPA não são capazes de mensurar o alcance, tanto dos objetivos gerais (macro objetivos), quanto dos objetivos específicos de cada compromisso, bem como a consecução de suas respectivas metas.” (grifo nosso)

Ora, o principal objetivo do PPA é conduzir os gastos públicos, durante a sua vigência, de maneira racional, de modo a possibilitar a manutenção do patrimônio público e a realização de novos investimentos. Após a elaboração do PPA, seguem-se as demais fases que compõe o ciclo do planejamento, quando então a Administração deverá implantá-lo, acompanhá-lo e avaliá-los sistematicamente. A Constituição Federal determina em seu art. 74, inciso I, que os sistemas de controles internos do Poderes Executivo e Legislativo deverão avaliar o cumprimento das metas previstas no PPA, bem como a execução dos programas de governo. Portanto, não se presume que a lei deva ter previsões inúteis, ao contrário, são comandos que devem ter sua eficácia configurada nos resultados alcançados com as ações governamentais. Por isso a necessidade de inclusão no texto original do PPA 2016-2019, encaminhado pelo Executivo, a íntegra da Emenda nº 11/2015, que visa trazer melhor aprimoramento e avaliação do PPA a ser aprovado pelo Plenário da Assembleia para vigor pelos próximos quatro anos.

Desta forma, opino pela aprovação da Emenda nº 11/2015, rejeitando, por conseguinte, a Emenda de Relator nº 59.

III - Analisando a Emenda nº 12/2015, de autoria da Liderança de Oposição, que propõe a inclusão da iniciativa no Programa 'infraestrutura para o Desenvolvimento' dentro da meta de 'implantar Rodovia através de Convênio com o Governo Federal', com a Iniciativa de 'Duplicação da BR – 415 – Ilhéus – Itabuna', logra prosperar e integrar o texto original vez que é juridicamente perfeita a previsão de convênio a ser realizado entre os entes federativos para execução de obras em bens pertencentes aos entes convenientes ou conveniados, de tal maneira que as obrigações sejam expressas e reciprocamente estabelecidas. Quanto a alegação de que o governo

federal não tem disponibilidade de recurso para construção/reforma de rodovias merece reparo, tendo em vista que em sítio de domínio público na internet, atribuído ao programa PAC encontra-se a previsão desta obra.

Na justificativa a Liderança de oposição, autora da Emenda, é dito que deve constar, de forma clara a duplicação da BR – 415, através de Convênio com o Governo Federal – ligação Ilhéus Itabuna, obra que já vem sendo prometida a população já há alguns anos. Portanto, para materializar-se tal obra deve estar inserida neste instrumento de planejamento a médio prazo. Pois, não se quer crer que os anúncios de duplicação não deixem de ser realizados por falta de previsão legal no PPA.

Desta forma, a Emenda nº 12/2015 deve ser aceita em sua inteireza para integrar, o Projeto de Lei nº 21.474/2015 – PPA.

IV—Da mesma forma a Emenda 13/2015, de autoria da Liderança de Oposição, que visa incluir iniciativa ao 'Programa Infraestrutura para o Desenvolvimento', na meta de 'Construir terminais aeroviários' a iniciativa de 'Construção do Aeroporto Internacional de Ilhéus', é digna de integrar o PPA (2016/2019.)

No justificar do autor da emenda, o Governo do Estado já anunciou a construção do novo aeroporto de Ilhéus. Isso foi noticiado pela imprensa e largamente divulgado. Em uma nota de um veículo de comunicação foi dito: 'segundo o governo, o aeroporto contará com um investimento de cerca de R\$ 220 milhões. O projeto prevê a construção de duas pistas de três mil metros cada, pistas de taxiamento e um terminal de passageiros. A previsão é de que as obras sejam iniciadas entre o final deste ano e o início de 2015, com prazo de conclusão em 30 meses após o início'.

Aduz ainda o autor da emenda justificando a inclusão da presente iniciativa: 'Como até o momento a obra não foi nem mesmo licitada, deverá, então constar da proposta do PPA para 2016-2019.'

Ainda na Justificativa o autor da Emenda 13/2015, traz outra notícia que foi veiculada em 2014 na imprensa que 'O convênio que autoriza o Governo da Bahia a construir o novo Aeroporto Internacional de Ilhéus, no Sul do Estado, foi assinado pelo ministro da Aviação Civil, Moreira Franco, em Brasília. O documento também prevê a ampliação, reforma, administração, operação, manutenção e exploração econômica do espaço. De acordo com o Governo da Bahia, também foi assinada portaria transferindo, da Infraero para o Estado, a gestão do empreendimento. O chefe de gabinete da Casa Civil em exercício, Bruno Dauster, que esteve presente na cerimônia realizada [...], informou que o próximo passo para início das obras é a licitação'.

Portanto, não só por ser um compromisso e também por já estar em andamento as ações preparatórias, a obra de construção do novo aeroporto de Ilhéus trará infraestrutura necessária para o desenvolvimento da Região classificada como território de identidade Litoral Sul. Há de se ressaltar que a cidade de Ilhéus é um importante indutor do turismo no Brasil, além de ser um grande produtor da lavoura do cacau e ainda abrigar um polo industrial que oferece condições para instalação de indústrias, além daquelas que já estão em funcionamento. Não menos importante é a capacidade de alavancar o crescimento de outras cidades com a imensa gama de bens

e serviços potencialmente a serem implementados com a construção do novo terminal aeroportuário.

Portanto, estando em condições jurídicas de integrar o texto do PPA (2016/2019), contrariando o voto do relator, opino pela aprovação da Emenda 13/2015.

V - No mesmo sentido a Emenda nº 14/2015, de autoria do Deputado Augusto Castro, que obteve parecer contrário do relator deve ser aprovada. Ocorre que a pretensão de inclusão no Programa 'Meio Ambiente e Sustentabilidade' da meta de 'Manejo sustentável de bacias', merece amparo no planejamento de médio prazo, vez que é uma iniciativa que beneficiará milhares de pessoas que vivem na região em virtude de melhorar as condições de vida por garantir a oferta de água para as atuais e as futuras gerações.

Justifica o autor da emenda que o Poder Executivo não deixou evidenciado no anexo único do projeto original do PPA, com a clareza que requer, a revitalização do Rio Cachoeira, que é uma ação de suma importância para todos os municípios que compõem a bacia hidrográfica do Rio Cachoeira, que engloba 12 cidades. É de bom alvitre salientar que a Assembleia Geral da ONU reconheceu o acesso à água potável como um direito humano fundamental, daí se extrai a importância de inserção dessa Emenda ao projeto original do PPA, para materializar-se nos próximos anos. Citando ainda as razões da justificativa, 'A necessidade de revitalização do Rio Cachoeira tem urgência tanto por uma questão de saúde pública quanto pela importância na economia regional que se utiliza do rio para alimentação e renda através da pesca, irrigação das plantações, abastecimento de indústrias e o lazer.

Portanto, opinamos pela aprovação da Emenda 14/2015, contrariando voto do relator.

VI - De natureza igual é a Emenda nº 17/2015, de autoria do Deputado Augusto Castro, que deve ser aceita, vez que pretende a inclusão da iniciativa no Programa de 'Infraestrutura para o Desenvolvimento', na meta: 'Implantar Rodovia' a iniciativa de 'Duplicação do Viaduto Paulo Souto, na BR-415, no bairro Nova Ferradas – Itabuna'. Justifica o autor da Emenda que a duplicação do Viaduto Paulo Souto, em convênio com o Governo Federal, na BR 415, no bairro Nova Ferradas – Itabuna, é uma obra de grande importância para a consolidação do processo de retomada do desenvolvimento regional, por se tratar de área do distrito industrial da cidade de Itabuna que abriga diversas empresas – algumas de grande porte, além do fluxo de veículos de passeio e pesados que trafegam no trecho da Costa do Cacau à cidade de Vitória da Conquista (interligação do sul – sudeste da Bahia), bem como no cruzamento com a BR 101, aduz ainda que o referido trecho localiza-se entre bairros de grande densidade populacional, o que requer especial atenção tendo não só o desenvolvimento, mas precipuamente a segurança das pessoas.

Em razão do exposto, opino pela aprovação da Emenda nº 17/2015.

Das demais Emendas apresentadas:

Cabe esclarecer que o Parecer ao Projeto de Lei nº 21.474/2015 - PPA (2016-2019), ofertado pelo nobre Deputado Joseildo Ramos, que ora divergimos, foi concluído com a apresentação de 59 Emendas de Relator.

Já integra o nosso voto em separado a discordância com as Emendas do Relator nº 58 e 59, tendo em vista que surgirem a partir do acatamento em parte das emendas nº 10/2015 e 11/2015, de autoria da Liderança de Oposição. Como opinamos pela aprovação total das emendas nºs 10/2015 e 11/2015, nos resta o entendimento de rejeitar as emendas do relator nº 58 e 59.

Entretanto, da análise metódica do relator, que levou ao melhoramento do Projeto de Lei nº 21.474/2015, sobretudo no restauro de equívoco materiais, cabe o nosso reconhecimento do brilhante trabalho realizado, o que nos permite concordar com o exame das demais emendas apresentadas.

Em conclusão, relatando em separado a matéria, cabe-se apresentação de emenda, para melhoramento do texto apresentado, em áreas que merecem reparo na aplicação de recursos e/ou metas, o que fazemos nos seguintes programas/ ações:

EMENDA DE RELATOR EM VOTO EM SEPARADO nº 01

Alterar no Programa saúde Mais Perto de Você, a Meta de implantar unidade hospitalar, para CONSTRUIR E IMPLANTAR UNIDADE HOSPITALAR; inserir no item Regionalização, O BAIXO SUL DA BAHIA, INCLUINDO A INICIATIVA: CONSTRUIR HOSPITAL REGIONAL DE VALENÇA, na forma que se segue:

PROGRAMA: SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Saúde

META: Construir e Implantar Unidade Hospitalar

QUANTIDADE: 8

UNIDADE DE MEDIDA: Um

REGIONALIZAÇÃO: Baixo Sul - 01

INICIATIVA: Implantar unidade hospitalar – Construir Hospital Regional em Valença

JUSTIFICATIVA: A regionalização do PPA possibilita a indicação das regiões para onde se direcionam as entregas de bens e serviços as quais deverão atender às especificidades de cada território. Isto permite que se avalie o cumprimento das metas e a eficácia das ações governamentais. Notadamente, as regiões menos desenvolvidas do estado terminam buscando a gama de serviços necessários à população nos centros mais desenvolvidos, no caso específico do Baixo Sul as demandas de saúde terminam por migrar para a capital do estado, dificultando o acesso das pessoas necessitadas e constitui-se também como um agravante na promoção da melhoria da qualidade de vida. A regionalização é uma exigência estabelecida na Constituição Federal em seu Art. 164, §1º onde reza que a lei que instituir o PPA estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Ocorre que na presente meta, quanto à regionalização, na proposta do Governo Estadual, foram contemplados, apenas, os Territórios da Chapada Diamantina, Litoral Sul, Portal do Sertão, Médio rio de Contas, cada um desses territórios com previsão de 01 (uma) unidade cada, sendo que para a região Metropolitana de Salvador foram previstas 03 (três) unidades. Ora, concentrar investimentos na região metropolitana em detrimento de aplicação de recursos de capital nas regiões onde os bens e serviços

são necessários, por haver carência de aplicação na área, é descumprir o comando constitucional retro mencionado. No caso em apreço o território do Baixo Sul, notadamente na cidade de Valença, que configura-se como verdadeiro polo do território, requer o investimento estatal na construção de um hospital que atenda às necessidades regionais.

Desta forma, apresentamos a esta emenda para corrigir a distorção existente no projeto do PPA.

EMENDA DE RELATOR EM VOTO EM SEPARADO nº 02

Alterar no Programa 'Infraestrutura para o Desenvolvimento', a Meta de 'Implantar Rodovias', para IMPLANTAR E EXPANDIR RODOVIAS;_inserir no item Regionalização, o Baixo sul da Bahia e alterar a Iniciativa para Implantar e expandir rodovias – Construir o anel rodoviário de Valença, na forma que se segue:

PROGRAMA: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Infraestrutura

META: Implantar e Expandir Rodovias

QUANTIDADE: 53

UNIDADE DE MEDIDA: Km

REGIONALIZAÇÃO: Baixo Sul - 15

INICIATIVA: Implantar e Expandir Rodovias – construir o anel rodoviário de Valença.

Ao elaborar a meta acima especificada não restou claro a expansão de rodovias existentes para a possível construção de semi-anel rodoviário corrigindo estrangulamentos presentes em cidades cortadas por rodovias. Este acesso rodoviário com o intuito de melhorar o sistema viário das cidades é de grande importância para as cidades. No Baixo Sul da Bahia, a cidade de Valença sofre com o acúmulo de veículos que transitam nas ruas da cidade antiga que guarda marcas de sua história. Esta obra é um anseio de toda a população local e regional e já obteve indicativo de execução vez que o Governo estadual lançou edital de licitação para a realização do projeto de construção do semi- anel rodoviário de Valença.

VOTO

Diante do exposto, contrariando em parte o entendimento do relator, voto pela aprovação do PL nº 21.474/2015, que 'institui o Plano Plurianual Participativo – PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2016-2019', com as modificações ora apresentadas.” Caso contrário, opino pela rejeição do projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Em votação o parecer do nobre relator, deputado Joseildo, no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

No Plenário: em 1ª discussão e votação o projeto de lei nº 21.474/2015, procedência do Poder Executivo. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado, contra os votos dos deputados Luciano

Ribeiro, Adolfo Viana, Carlos Geilson, Fábio Souto, Sidelvan Nóbrega, Herzem Gusmão, Luciano Simões, Alan Sanches, David Rios.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 21.474/2015

Institui o Plano Plurianual Participativo - PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2016-2019.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Plano Plurianual Participativo - PPA 2016-2019 do Estado da Bahia, estabelecendo, de forma regionalizada, conforme o disposto no inciso I do *caput* e § 1º, ambos do art. 159, da Constituição do Estado, diretrizes, objetivos e metas com a finalidade de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a ação governamental, orientar a definição de prioridades e ampliar as condições para o desenvolvimento sustentável.

Art. 2º - O PPA 2016-2019 tem como princípios norteadores:

- I - a inclusão social;
- II - a participação social;
- III - a sustentabilidade ambiental;
- IV - a afirmação dos direitos do cidadão;
- V - o desenvolvimento socioeconômico com equidade;
- VI - a geração de emprego e renda;
- VII - a gestão transparente e democrática;
- VIII - a excelência na gestão.

Art. 3º - O PPA 2016-2019, aperfeiçoado nos mecanismos de escuta social, territorialização e transversalização da ação de governo, está organizado em Eixos e Programas, construídos a partir de diretrizes e temas estratégicos, que orientam e concretizam as políticas públicas a serem desenvolvidas para temas considerados estratégicos para o quadriênio.

Art. 4º - O Programa, individualizado por nome, descreve, na sua ementa, os enfoques estratégicos presentes nos conteúdos dos Compromissos que subsidiarão a atuação do Estado na vigência do PPA 2016-2019.

§ 1º - O Programa terá sua efetividade aferida por meio de indicadores compatíveis com a capacidade de promoção de mudanças do conjunto de Compromissos setoriais formulados.

§ 2º - Os indicadores do Programa buscam mensurar a variação da realidade

como uma aproximação do resultado das ações do programa de governo.

Art. 5º - O Compromisso terá a sua eficácia aferida por meio de uma ou mais Metas, estabelecidas de forma compatível com o conjunto de Iniciativas formuladas e expressará, através destas, o que será feito para alterar as situações que justificam a implementação do Programa, de modo a atingir o seu objetivo.

§ 1º - Para os fins desta Lei, conceitua-se:

a) Compromisso: atributo de programa que descreve um objetivo a ser cumprido pelo órgão responsável por meio da entrega de bens ou serviços, e possui como atributos: órgão responsável, Meta (global e regionalizada) e Iniciativa;

b) Meta: componente do Compromisso, que expressa medidas de ações para o alcance do Compromisso ao qual está vinculada, podendo ser territorializada;

c) Iniciativa: componente do Compromisso que expressa ações de governo, que devem viabilizar a realização das Metas.

§ 2º - As ações orçamentárias serão elaboradas considerando as Iniciativas de que trata este artigo, garantindo a compatibilização entre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º - Integra o PPA 2016-2019 o Anexo Único, contendo o detalhamento dos Programas por Eixo, os Relatórios Consolidados e as Tabelas desta Lei com informações complementares.

§ 1º - Os valores de recursos financeiros apresentados por Programa são orientadores para os orçamentos, não se constituindo, entretanto, em limites à programação das despesas.

§ 2º - A Lei Orçamentária Anual detalhará, no exercício de sua vigência, o valor dos Programas.

Art. 7º - A gestão do PPA 2016-2019 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, diretrizes e objetivos, buscando o aperfeiçoamento dos mecanismos de gerenciamento dos recursos e da implementação das políticas públicas.

§ 1º - A gestão do PPA 2016-2019 observará, entre outros previstos em Lei, aos princípios da transparência, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

§ 2º - A gestão do PPA 2016-2019, a ser regulamentada no âmbito do Poder Executivo, em até 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação desta Lei, deverá assegurar, além dos princípios previstos nesta Lei:

I - a efetivação de ciclos anuais de planejamento que permitam implementar as melhorias necessárias identificadas nos processos de monitoramento e avaliação;

II - o compartilhamento de responsabilidades, conforme compromissos formulados.

§ 3º - O modelo de gestão de que trata o *caput* deste artigo subsidiará a formulação das Diretrizes Estratégicas e o aperfeiçoamento dos Programas na elaboração do novo Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023.

Art. 8º - A Lei Orçamentária Anual poderá contemplar alterações e inclusões nos componentes programáticos e seus atributos, de que tratam os arts. 4º e 5º desta Lei, caso necessário ao atendimento da dinâmica do ciclo de planejamento.

§ 1º - As alterações e inclusões de que trata o *caput* serão demonstradas em anexo específico da Lei Orçamentária Anual.

§ 2º - A Lei autorizativa à abertura de crédito adicional poderá incluir ou alterar Iniciativa, demonstrada em anexo específico, para compatibilizar inclusão de ação orçamentária em relação a qual não houve previsão no PPA 2016-2019.

§ 3º - As eventuais alterações promovidas no PPA 2016-2019, em face do disposto neste artigo, serão publicadas no sítio da Secretaria do Planejamento na *internet*.

Art. 9º - Com vistas a viabilizar o alcance dos objetivos constantes do PPA 2016-2019, as atividades de monitoramento e avaliação deste Plano visam aprimorar as práticas da gestão orientada para resultados, propor o uso racional e qualitativo dos recursos e conferir maior efetividade às políticas públicas.

Parágrafo único - O Poder Executivo manterá atualizado sistema integrado de informações para apoio à gestão do Plano, que abrangerá a execução financeira dos Programas, o alcance das Metas e subsidiará o monitoramento e a avaliação dos programas de governo.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo obrigado a encaminhar ao Poder Legislativo, como anexo do Relatório de Prestação de Contas Anual, relatório de avaliação parcial da execução do PPA 2016-2019.

Parágrafo único - O relatório de que trata o *caput* deste artigo será divulgado na *internet*, em formato e linguagem acessíveis à sociedade.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de dezembro de 2015.

Deputado Joseildo Ramos

Relator

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Solicito ao deputado Luciano Ribeiro, ao deputado Sidelvan Nóbrega e ao deputado Herzem Gusmão para fazermos aqui a contagem dos votos da eleição dos jornais que cobrem esta Casa.

Vamos só contar aqui os votos dos jornalistas, dos sites, o que é de costume no final do ano.

(Os. Srs. Deputados procedem à contagem dos votos.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, vou ler os escolhidos pelos deputados. Jornais: jornal *A Tarde*, jornalista Levi Vasconcelos, com 28 votos; Rádios: Rádio Sociedade de Feira, Itamar Ribeiro, com 19 votos; Sites: *Bahia Já*, Tasso Franco, com 23. Portanto, esses foram os três vencedores deste ano.

Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.